

Evocação dos 360 anos do Casamento Real Anglo-Português de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra

Maria da Conceição Emiliano Castel-Branco
(NOVA FCSH/CETAPS)

“Auiendole yo robado la mejor joya de su Corona para adorno de la mia, mas a trueque desta, emplearé la mia toda en defensa de la suya”.
(Carta de Carlos II a D. Afonso VI, 1662)

1.

No ano em que se assinalam os 650 anos da Aliança Luso-Britânica, a aliança diplomática mais antiga e ainda em vigor entre dois países, marcada pela assinatura do Tratado de Tagilde, em 10 de Julho de 1372,¹ faz igualmente sentido evocar um dos momentos mais marcantes desta aliança de

-
1. Os primeiros tratados entre Portugal e a Inglaterra remontam ao século XIV, destacando-se o Tratado de Tagilde, aliança entre D. Fernando de Portugal e Eduardo III de Inglaterra, considerado o preâmbulo da aliança que ainda hoje vigora. Este tratado foi consolidado com a assinatura do “Tratado de Paz, Amizade e Aliança”, ou Tratado de Londres, em 16 de Junho de 1373, com o objectivo primeiro de auxílio mútuo em tempo de guerra, não contemplando quaisquer cláusulas comerciais, como sucedera com o tratado de 1353, pelo período de cinquenta anos, entre comerciantes de Lisboa e do Porto (representados por Afonso Martins, comerciante do Porto, mais conhecido por “Alho”) com Eduardo III de Inglaterra. Poucos anos depois, a aliança foi reforçada com o Tratado de Windsor de 1386, de extraordinária importância na consolidação das relações anglo-portuguesas e com novas cláusulas relativas a aspectos políticos, militares e comerciais. Seguiu-se, em 1387, o casamento do Rei de Portugal com D. Filipa de Lencastre, dama inglesa que se tornou Rainha de Portugal, contribuindo, deste modo, para o estreitamento das relações de amizade entre as duas cortes. Posteriormente, foram sendo assinados outros tratados ao longo da história. Não deixa de ser pertinente mencionar que a aliança anglo-portuguesa, já vinha sendo preparada desde os primórdios da nacionalidade portuguesa com os contactos efectuados entre os primeiros reis portugueses e os cruzados ingleses a caminho da Terra Santa. Sobre a génese da aliança anglo-portuguesa pode ver-se Prestage 1936, Almada 1946 e Brazão 1955.

longa data: os 360 anos do casamento real anglo-português de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra que se cumprem no presente ano.

O casamento de D. Catarina de Bragança, Infanta de Portugal, com Carlos II rei de Inglaterra em 1662 constituiu um acontecimento de grande alcance internacional e de extraordinária importância no século XVII, no âmbito das relações luso-britânicas, após um longo e complexo processo de negociações que se estendeu durante largos anos. Em 19 de Maio de 1661, teve lugar a comunicação pública e oficial do casamento por parte do monarca inglês ao Parlamento de Londres:

Hontem communicou elRey a nossa casa, a intenção, que tinha de se casar com a senhora Princesa de Portugal, (...). O Secretario Mauricio se levantou là de sima, & começou a relatar as **razoes, que haviaõ movido, a elRey, a se resolver a concluir esta alliança**, dandonos a entender, que S. Mag. não tinha sómente respeito à sua propria satisfação na escolha, que havia feito de huma senhora de tam rara belleza, & de tam grãde virtude; mas que tambem havia olhado para conveniencia publica, & bem comum de seu povo: **Que este casamento, não era hum simples casamento de elRey de Inglaterra, com a senhora Princesa, mas do Reyno de Inglaterra cõ o Reyno de Portugal.**"²

O casamento real, redigido em Tratado de 1661 e concretizado com a(s) cerimónia(a) religiosa(s) em Portsmouth em Maio de 1662, resultou de um conjunto de conversações diplomáticas, atentamente observadas – apoiadas ou rejeitadas consoante os casos –, pelas principais casas reinantes da Europa e pela diplomacia internacional. Tratou-se de uma conjugação de propostas e de uma intriga política em que as principais figuras intervenientes eram meros peões de um xadrez internacional, numa época em que “o sistema de casamentos era a forma mais completa e segura das alianças dos estados”. (Sousa 69)

2. Os acontecimentos deste dia foram observados por Thomas Higgins, ministro favorável aos interesses de Portugal, que os descreveu por carta a D. Francisco de Melo, embaixador de Portugal em Inglaterra, como se pode ver em “As particularidades que succedêrão no Parlamento, quando nelle se tomou este assento, (...)”. (Melo 1661)

Ao longo da História verifica-se, em geral, que os casamentos reais não são meras uniões individuais, mas alianças e compromissos de cariz diverso entre nações. A importância da aliança no contexto europeu da época, o casamento real anglo-português de 1662, os desenvolvimentos que levaram à sua concretização, a assinatura dos Tratados foram objecto de atenção, reflexão e comentários no seu tempo e na posteridade por historiadores, memorialistas, poetas e escritores.

Em 1661, por exemplo, um ano antes da chegada de D. Catarina ao seu novo país, já o poeta Henry Bold, num poema de felicitação ao soberano pelo seu aniversário natalício e aniversário da Restauração da Monarquia, referia encomiasticamente a nova rainha que vinha de longe, os seus atributos e a sua singularidade:

(...) Loe! a *Queen*
 Comming from farr! Fam'd *Beauties Magazin!*
 The *Wealth* oth' *World!* the *Glory* of the *Earth!*
Fair as the *Starr* that blaz'd at *Charles His Birth!* (...)
 We'll 'bate the Spice and Camells (Gifts too small)
 Bringing Her single Self, She gives Us All. (Bold 1661)

Em 1662, James Howell em *A Brief Account of the Royal Matches or Matrimonial Alliances*, ao tecer algumas considerações sobre anteriores alianças diplomáticas e sobre o estreitamento das relações entre o Reino de Inglaterra e o Reino de Portugal, afirmou, recordando uma outra união que resultou também em casamento real: "By the former Alliance [1386], it may be said that Portugal married with England, by this England hath married with Portugal."³ (Howell 6)

3. Comentando os casamentos reais entre Portugal e Inglaterra, o autor conclui da seguinte forma:

King Charles the Second, married the Lady Catherine, sole Daughter to Don John the fourth King of Portugal, and Sister to Don Alonso the sixth now regnant, there was a matrimonial Alliance once before 'twixt the Bloof Royal of England and Portugal, which was about Ann. 1376. between John the first King of Portugal, and the Lady Phillippa Daughter to John of Gaunt Duke of Lancaster. As that former was the fortunatest Alliance that Portugal ever made, by their own Confession, to this Day; so may this prove to England! May all the Blessings of Heaven be poured down on it, according to the due and daily Devotions of all true-hearted Subjects, and particularly of J.H. (Howell 6)

Assim, são muitos e variados os aspectos a considerar relativamente ao processo que culminou com o casamento real de 360 anos atrás: a política portuguesa de alianças; os impulsionadores do projecto de casamento de Carlos II com a Infanta portuguesa; a política inglesa de alianças; o dote; os Tratados de Junho de 1661; o embarque, a viagem e a chegada de D. Catarina de Bragança a Inglaterra em 1662; o casamento religioso em rito católico e em rito anglicano; a viagem da Rainha de Portsmouth a Londres, passando por Hampton Court; e a recepção da Rainha portuguesa em Londres.

Na impossibilidade de abordar aqui todos estes conteúdos, pretende-se, com esta evocação, apresentar e perspectivar, especificamente, a política portuguesa de alianças no período pós-Restauração, salientando essencialmente alguns dos antecedentes que conduziram à concretização desta união real, a relevância do dote da Infanta D. Catarina para a consumação da aliança de duas nações recém-restauradas, cultural e religiosamente muito diferentes, mas necessitadas de auxílio mútuo, considerando, em particular, os Tratados de 1661 e o casamento religioso de 1662 em Portsmouth, à luz de anteriores e recentes estudos.⁴ A perspetivação destes factores permite encontrar ao longo do percurso da Infanta portuguesa, rainha de Inglaterra, uma visão recorrentemente dicotómica e controversa, desde a sua época até à actualidade, por parte de todos os que o observaram ou sobre ele se debruçaram.⁵

2. A Política Portuguesa de Alianças no Período Pós-Restauração

O casamento do Rei inglês com a Princesa portuguesa constituiu parte de uma aliança mais alargada entre Portugal e a Inglaterra, expressa no Tratado de 23 de Junho de 1661. Este acontecimento, de extraordinária importância no âmbito das relações luso-britânicas, teve grande

4. A este propósito pode destacar-se investigação por mim efectuada sobre esta matéria desde a apresentação da minha dissertação de Doutoramento intitulada *A Melhor Jóia da Coroa: Representações de D. Catarina de Bragança na Literatura Inglesa* (2005) e, ainda, outros trabalhos como Troni 2008, Madway 2012 e Flor 2015.

5. Cf. Castel-Branco 2006 e 2007.

repercussão internacional, claramente sublinhada e comprovada pelos persistentes e variados esforços da diplomacia espanhola para o impedir.

Variadíssimos autores se debruçaram sobre o casamento real de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra, sobre a Aliança e o Tratado de 1661, mas nem sempre as opiniões são consensuais. Para uns o casamento foi um desastre, (Kenyon 115) para outros tratou-se de uma “desastrosa conjuntura”, (Tullio 26) chegando, também, a ser contestado; (Macaulay 187) outros viram-no como um acontecimento “of first-class historical importance” (Hill 229) ou, ainda, muito desejável e extraordinariamente vantajoso: “An alliance between England and Portugal would strengthen Portugal, anger Spain, delight France, and might result in some gain to England. Everything pointed to its desirability (...).” (Mackay 23)

A união matrimonial entre as duas cortes, apesar de diversas vezes contestada, era necessária e favorável aos dois países, dadas as circunstâncias em que ambos se encontravam. Para Portugal, sob ameaça castelhana constante, era fundamental reforçar e consolidar a independência conseguida com a Restauração, assim como obter, com a maior brevidade, o reconhecimento internacional da sua posição, e nada o sublinharia melhor do que o casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com o monarca inglês. Para Inglaterra, com uma monarquia recém restaurada, após décadas de grande conturbação e também com graves problemas financeiros, o dote que acompanhava a Princesa era uma oferta quase irrecusável.⁶ Assim o refere Virgínia Rau: “São muitas e importantes as razões que levaram D. Catarina a assentar-se no

6. “What finally decided Charles, if not his advisers, in favour of the Portuguese offer in late March 1661 was not its greater possibility of territorial and commercial gain, but the impressively large dowry. Thus, the cornerstone of the future British empire in India was not built on a farsighted vision of imperial glory or commercial profits but on just plain greed. Charles was desperate for a ready injection of hard cash and the Portuguese gave him an offer that he could not afford to refuse. Melo, moreover, ‘continued to lay a trail of cash through the Privy Council, which seemed to substantiate his promise that his Princess’s dowry would arrive with her, complete.’ The treaty which England and Portugal finally signed on 23 June 1661 was a compromise which favoured the financial and territorial terms which Portugal put forward and the military and commercial provisions which England wanted. The French were secret third parties to the treaty and agreed to pay for the cost of transporting troops and paying a subsidy for their levying as well. Louis XIV’s motives were purely selfish since he wanted to ensure that Spain was forced to continue an expensive and debilitating war while his forces had time to gather their strength.” (Madway, 82)
Sobre a situação económica da Inglaterra da Restauração, veja-se também Bryant 91 e seguintes.

trono inglês, mas sôbre tôdas uma surge sempre mais imperiosa que as outras, a necessidade de dinheiro, que tinha Carlos II, necessidade que o perseguiu durante tôda a vida." (25) As negociações que levaram à concretização deste tratado de paz e casamento não foram fáceis nem imediatas e estenderam-se por propostas e contra-propostas que correram, diversas vezes, o risco de malogro.

A consideração de momentos específicos do processo que deu origem a este enlace matrimonial pode contribuir para compreender melhor perspectivas tão díspares e opiniões tão controversas.

Depois da Restauração de 1640, Portugal necessitava de conquistar reconhecimento internacional, em que se incluía o de Roma. Para além de Inglaterra e de França, o reconhecimento e a ajuda das principais potências da Europa eram imprescindíveis. Nesse sentido, desde essa data foram sendo assinados vários tratados de aliança: em 1641 o tratado de aliança com a França, Suécia e Dinamarca; um tratado de tréguas com a Holanda; e em 1642 o tratado de paz e comércio com a Inglaterra. Com estas alianças, Portugal conquistava a posição de não ter estas nações como inimigas. (Tullio 25) No entanto, era necessário acrescentar a este apoio diplomático um auxílio mais concreto: ajuda militar, naval, munições, etc.. Por esta razão se enviaram embaixadores, membros do clero e representantes da coroa portuguesa às diversas cortes da Europa.

Em guerra com a Espanha e com a Holanda, refere Frederico Vidal, "era necessário, pois, deitar mão de todos os meios tendentes a reforçar a posição de Portugal no mapa político da Europa" (1) e, entre os meios utilizados na diplomacia, incluía-se os membros da família real. Estes serviam a política externa e as conveniências do país através de pactos matrimoniais que parecessem vantajosos. Como refere o mesmo autor, "as pessoas da família dos Soberanos eram então elementos com que êles contavam para a sua política. Assim, filhas, irmãs, sobrinhas, as Senhoras da Real Família, serviam, como também, aliás, os elementos masculinos, para o monarca se apoiar, geralmente na sua política externa." (1)

Deste modo, vários projectos de casamento se delinearam, após a restauração da independência portuguesa, começando pelo

casamento do primogénito de D. João IV, D. Teodósio, assunto que não será aqui desenvolvido. As mediações com França e Espanha para esse efeito (algumas delas com a colaboração do Pe. António Vieira) e para acabar diplomaticamente a guerra com o país vizinho não tiveram sucesso. Mais não foram os projectos de casamento para o herdeiro da coroa portuguesa, porque em 1653 D. Teodósio morreu prematuramente, com dezanove anos apenas.

As diligências para se conseguir a paz através de uma aliança matrimonial continuaram e as atenções recaíram sobre a Infanta D. Catarina. Não tendo uma coroa para oferecer, tinha a acompanhá-la um dote valioso de terras e riquezas. Vários foram os projectos de casamento e aliança que, “ao sabor da política”, como refere Virgínia Rau, (14) se delinearam para esta princesa portuguesa: D. João de Áustria, Duque de Beaufort, Luís XIV, Rei de França e Carlos II, Rei de Inglaterra.

A proposta de casamento com D. João de Áustria, filho bastardo de Filipe IV, Rei de Espanha, surgiu muito cedo, tinha a Infanta apenas oito anos, e parece ter partido da corte de Madrid, com o objectivo de ajustar uma trégua de vinte anos com Portugal ou, caso esta não fosse aceite, conseguir que D. João IV fosse para o Brasil, onde governaria como soberano, ficando os consortes D. Catarina e D. João de Áustria com a coroa, em Portugal.⁷ O registo oficial desta proposta encontra-se em Paris, em documentos que o Visconde de Santarém reuniu na obra *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo, desde o Princípio da Monarchia Portuguesa até aos Nossos Dias*.⁸

7. Apesar de vulgarmente todos os escritores datarem esta negociação de 1647, quando D. Catarina tinha oito anos de idade, Virgínia Rau não apresenta a mesma certeza e, afirmando que não há documentos que revelem a verdadeira data desta proposta de casamento, estranha que “Jant, nomeado enviado extraordinário por Luiz XIV em Janeiro de 1655, e chegado a Lisboa em Abril do mesmo ano, ainda ligasse importância a êsse ‘diz-se’ que datava pelo menos de 1647.” (Rau 15-16) Sobre este assunto veja-se também Tullio 59 e Casimiro 49.

8. Este refere determinados parágrafos de ofícios dos ministros de França em Lisboa, F. Lanier e o Cavaleiro de Jant. Num ofício de 6 de Março de 1647, Lanier relata uma conversa com o Secretário de Estado Pedro Vieira da Silva, na qual este último revela o interesse de Castela pelo casamento de D. Catarina com D. João de Áustria, e o ministro francês aconselha-o a advertir o Rei contra os que lhe fazem esta proposta. (Tombo IV, parte II, XV-XVIII)

Claramente, os governantes e ministros de França seguiam atentamente as conversações diplomáticas europeias. Jant, enviado extraordinário de Luís XIV e chegado a Lisboa em Abril de 1655, afirma igualmente ter tido conhecimento dessa proposta, tal como o Marquês de Chouppes, anos depois, em 1659.⁹ Estas conversações mais não foram que uma ideia vinda da corte espanhola e não surtiram grande efeito, dadas as circunstâncias de fragilidade que tal contrato acarretaria para Portugal.

Outro pretendente que se destinou à Infanta D. Catarina foi François de Vendôme, Duque de Beaufort, neto, por bastardia, de Henrique IV de França e primo co-irmão do rei Luís XIV de França. Opositor do Cardeal Mazarino, foi um proeminente militar, tendo-se destacado nas guerras das Frondes, entre outras. Foi nomeado Almirante, distinguiu-se nas lutas contra os turcos, e morreu em batalha. O mistério que rodeou a sua morte levou-o a ser considerado uma das “personagens que andam na lista dos nomes dados ao Homem da Máscara de Ferro”. (Rau 14) A hipótese deste enlace foi articulada em simultâneo com a proposta de casamento de D. Teodósio com Luísa de Orleães, sobrinha do rei Luís XIII, pretendendo reforçar ou facilitar as negociações com o governo francês. O facto de o casamento do primogénito de D. João IV não se ter chegado a realizar, para além da alegada bastardia do Duque de Beaufort, que nunca daria o título de majestade a D. Catarina, levaram a que também este projecto de casamento da filha de D. João IV não se concretizasse.¹⁰

9. Em Dezembro de 1659, o Marquês de Chouppes, enviado francês, num relatório enviado ao Cardeal Mazarino, de tudo o que se passara desde a sua chegada a Lisboa, relata que Pedro Vieira da Silva “lhe havia dito que ElRei d’Hespanha havia algum tempo mandara offerecer a ElRei de Portugal o Brasil, com a categoria de Reino, e de se fazer o casamento de D. João de Áustria com a Infanta de Portugal.” (Tomo IV, parte II, CXVI)

10. Este casamento não era do interesse do Duque de Orleães, que, para além de objectar contra o excesso de guerra em Portugal, guardava a sua filha para o exilado Carlos II, Rei de Inglaterra, então em Paris, levando o diplomata Francisco de Sousa Coutinho a comentar como “em França se entende que vale mais um rei de Inglaterra sem terra, que um príncipe de Portugal em posse de tantos reinos.” (“Correspondencia diplomatica. Manuscripto da Academia Real das sciencias de Lisboa”, *apud* Tullio 60)

Estas hipóteses de aliança não passaram despercebidas ao governo francês, nomeadamente ao Cardeal Mazarino que “não via com agrado a ameaça de um reforço do poderio de países que tradicionalmente rivalizavam com a França”, como refere Manuel Andrade e Sousa (6) na biografia sobre a Infanta D. Catarina. Assim se iniciou, segundo Tullio da Silva, a “mais ardilosa de todas as negociações que se entabularam para o casamento da filha del-Rei D. João IV.” (118)

Durante quatro anos se negociou o casamento da princesa portuguesa com Luís XIV, constituindo esta hipótese de aliança a principal ofensiva diplomática do Cardeal Mazarino no plano da política externa. Estas negociações nunca passaram de um projecto e, por parte de França, de um engodo, expressão utilizada por Virgínia Rau. (17) Esta artimanha foi uma forma manipulada pelo Cardeal de despertar as atenções e os receios de Espanha, caso o casamento e a aliança de Portugal e França se realizassem, o que seria, claramente, contra os interesses dessa nação.

Sucederam-se iniciativas, propostas secretas de casamento,¹¹ troca de Instruções entre as duas nações por via diplomática¹² fomentando

-
11. Larrey, autor de *Histoire de France sous le Regne de Louis XIV*, (Roterdão, 1783) citado por Silva Tullio no artigo sobre a Infanta D. Catarina já mencionado, refere que em 1652 a corte francesa enviou a Portugal Mr. Le Cocq com a proposta secreta do casamento do soberano francês com a filha de D. João IV, com a condição de Portugal ajudar o rei de França com três milhões de ouro e vinte e quatro navios de guerra para socorrer Barcelona, que se declarara pela França e estava cercada por D. João de Áustria. No entanto, diz o mesmo autor, “nenhum outro escriptor, que conheçamos, falla de tal enviatura; mas como este é coevo, pode ser que o soubesse de boa origem”.
 12. O que se sabe na realidade é que, depois de receber instruções sobre o que deveria fazer na corte portuguesa, em Fevereiro de 1655, o cavaleiro de Jant foi enviado por Mazarino a Lisboa, onde chegou em Abril desse ano. Fazia parte das suas instruções exigir a Portugal o incremento da guerra contra Espanha, doze navios de guerra armados e mantidos por Portugal, e um subsídio de dois milhões de cruzados, entre outros aspectos. Pela “Instrução Secreta”, o enviado deveria indagar sobre as principais influências na corte, as disposições dos ministros portugueses e, ainda, fomentar a ideia, junto da Rainha, de que o Cardeal tudo faria ao seu alcance para que Luís XIV considerasse as vantagens de uma aliança e casamento com Portugal. O texto da “Instrução” é explícito nesse sentido:

quant à l’infante sa fille (da Rainha) lorsque le Roi (Luiz XIV) sera en état de se marier, Son Eminence (Mazarin) fera tout son possible pour obliger Sa majesté de considérer l’avantage de son alliance. (...) Il (De Jant) remarquera bien particulièrement son esprit, son visage, sa taille et sa parole; il s’informerá, s’il se peut, de quelques domestiques, officiers servents ou esclaves, s’il n’y a rien à dire en sa personne ou en son corps par défautosité ou autrement; lesdites enquêtes étant faites avec grand secret et prudence, il rapportera deux portraits de l’infante l’un en grand et l’autre en petit, au naturel et sans artifice.

a ideia, junto da Rainha, de que o Cardeal tudo faria ao seu alcance para que Luís XIV considerasse as vantagens de uma aliança e casamento com Portugal.

Em 7 de Setembro de 1655, foi assinado de um tratado entre Portugal e França: Portugal obrigava-se a não celebrar a paz com a Espanha sem nela se incluir a França e, inclusivamente, a intensificar a guerra com o país vizinho; em contrapartida, a França não faria tratado algum com a Espanha sem que nele Portugal fosse incluído e facilitaria a contratação de oficiais, técnicos, material de guerra, que “S. M. Portugueza os poderia fazer vir de França à sua custa, ao que S. M. Christianissima se prestava de boa vontade.” (Santarém, tomo IV, parte I, 383)

Destas conversações participaram os ministros do reino e, também, Frei Domingos do Rosário.¹³ Como afirmou o diplomata Francisco de Sousa Coutinho, “não ha casamento se não entra n’elle um frade” (Tullio 118) e, na ausência do Padre António Vieira, a trabalhar no Maranhão, Frei Domingos actuou, não apenas como confessor da Rainha D. Luísa de Gusmão, mas como diplomata e político. Era frequente no século XVII a colaboração de membros do clero com os diplomatas e políticos e um procedimento muito comum nas cortes católicas:

It was the hour of the cloth in high places. Cardinals ruled their countries, intrigued with and against other countries, dispensed war, peace and royal nuptials, dictated to sovereigns, browbeat ambassadors and secretaries of state, assisted by bishops, by Jesuits, by confidential Capuchins and other friars. (Macaulay 51)

13. De nome secular, Daniel O’Daly, nasceu na Irlanda em 1595 e morreu em Lisboa em 30 de Junho de 1662. Em Lugo, na Galiza, recebeu o hábito de S. Domingos com o nome de Domingos do Rosário. Confessor da rainha D. Luísa de Gusmão, que o tinha em grande consideração, participou também activamente da política e da diplomacia portuguesas, tendo sido enviado duas vezes a França para negociar o casamento da infanta D. Catarina com Luís XIV. Foi um homem muito dedicado à família real portuguesa e fundou o colégio dos missionários ingleses, no Corpo Santo, e o convento do Bom Sucesso. Veja-se sobre este assunto Prestage 1926, Tullio 118-20 e, ainda, Macaulay 1990, 51-93, que, no entanto, apresenta datas diferentes das já referidas para o nascimento e morte deste frade inglês.

Os religiosos, com algumas vantagens sobre os leigos, serviam de enviados em missões diplomáticas pois, “como sacerdotes tinham entrada fácil nos paços reais, como confessores sabiam guardar sigilo, como membros de uma Ordem tinham por regra a obediência; não exigiam grandes ordenados e ajudas de custo e podiam viajar como simples particulares, dando a entender que iam a negócios de sua Ordem.” (Prestage 1)

De entre os membros do clero que representaram a coroa portuguesa, destaca-se particularmente, como já foi referido, o Padre António Vieira, incumbido de negociar vários casamentos de membros da família real. Embora não interviesse directamente nas negociações para o casamento de Carlos II com D. Catarina de Bragança, mostrou por diversas vezes o seu interesse e dedicação por esta princesa.¹⁴

Estranhamente, verificou-se que das conversações em Lisboa para redacção da aliança com o enviado de França, cujos registos se encontraram em cartas de D. João IV e D. Luísa para Luís XIV e para o Cardeal Mazarino em arquivos franceses, posteriores à partida de Fr. Domingos do Rosário para França, não há nenhuma alusão documentada ao possível casamento do Rei francês com a Infanta D. Catarina. No entanto, num despacho de Jant para o Cardeal, em Setembro de 1655, há referência a afirmações da Rainha de Portugal sobre o casamento de D. Catarina, num dos seus encontros com o ministro francês.¹⁵

14. Na sua vastíssima obra encontram-se dois poemas em latim sobre a Infanta, “Catharinae Lusitanae Britanae Reginae” e “Ad connubium felicissimum D. Catharinae cum rege Angliae, Carolo II”. Enviou-lhe, também, algumas cartas do Brasil e dedicou-lhe um tomo dos seus *Sermões*.

15. “Que a França lhe fazia esperar, que quando se tratasse do casamento d’ElRei se teria uma consideração particular para com a Infanta, sua filha; que elle de Jant podia fazer conceito de sua beleza, pois a havia visto; mas que sendo esta a menor de suas qualidades, e sendo a intenção do Cardeal de dar a ElRei de França uma mulher de condição branda, submissa e obediente, era Catherina, sua filha, o abbreviado de todas as perfeições, d’um sangue tão illustre como qualquer da Europa, e digna só d’um Rei de França; que todavia soubêra com bastante displicência que a frustravão d’aquella esperança, tomando por pretexto a conducta de Portugal, mas que de tudo nos deviamos consolar neste mundo; que se não houvesse para a Infanta, sua filha, Reis na Europa, não lhe faltarião em Lisboa conventos, onde ella por menos de dous milhões poderia entrar para servir a Deus o restante de seus dias.” (Santarém, tomo IV, parte I, 391-92)

Em Outubro de 1655, D. João IV enviou a França Frei Domingos do Rosário para obter a ratificação do tratado de aliança entre os dois países e tratar, simultaneamente, do casamento de D. Catarina com Luís XIV, como se pode ler explicitamente no artigo oitavo da “Instrução publica para Frei Domingos do Rosário na primeira missão a França (1655)”.¹⁶ No entanto, Frei Domingos foi recebido numa atmosfera hostil, o tratado não chegou a ser ratificado e apenas no fim do ano foi recebido pelo Cardeal Mazarino, que alegou que Jant excedera os poderes e instruções recebidas. (Santarém, tomo IV, parte II, XXXVII-VIII) Arrastando-se as negociações com o Cardeal, em que este, na opinião de Virgínia Rau, “com a sua astuciosa política, ora prometia, ora recusava, mostrando-se ainda interessado com o casamento de Portugal, quando já pensava na aliança com a Espanha”, (20) o enviado português regressou a Portugal em meados de 1656.

Pouco tempo depois, D. João IV, tendo conhecimento de que as negociações de paz entre França e Espanha não se concretizaram, enviou, mais uma vez, Frei Domingos do Rosário a Paris para, de novo, tratar da aliança e do casamento. Pode ler-se na “Instrução para Frei Domingos do Rosário na segunda missão a França”: “(...) vos encommendo muito queiraes voltar áquella côrte, com a maior brevidade que vos fôr possível (...) para concluirdes, assim o negocio da liga entre esta e aquella corôa, como o do casamento de El-Rei com a Infanta D. Catherina, minha muito amada e presada filha.” (Prestage 67) Na mesma “Instrução” é referido o dote que D. Catarina levaria consigo. Mazarino continuava com novas exigências e, mais uma vez, as negociações saíram malogradas. Segundo Silva Tullio, “não contentaram ao cardeal Mazarino estas clausulas, porque elle

16. Alguns ministros de França e outras pessoas de menor conta me fallarão por vezes em casamento de S. Mg.^{de} com a Infanta dona Catherina, minha muito amada e prezada filha (...) e advertindome agora que se effituasse a liga de que haveis de tratar, ha França de querer acrescentar áquelle vinculo o deste matrimonio, assy pelos grandes merecimentos da Infanta, não só do sangue, mas de sua pessoa tão merecedora de ser desejada e procurada, como pelas poucas Princezas que ha capazes do emprego de S. Mg.^{de} me pareceo mandarvos advertir por Pedro Vieira do que tem passado nesta materia e dizer-vos pessoalmente o como nella vos deveis de haver, se vola tocar algum ministro, para o que ma lembrareis ao tempo de vossa partida, e se não tivera em França outro negocio, he este de tanta importancia e fio tanto de vos, que só a elle vos mandára áquelle Reyno.” (*Apud* Prestage 63-64)

queria uma praça marítima em Portugal para ancoradouro das esquadras de França." (Tullio 119)

Frei Domingos do Rosário regressou a Lisboa em finais de Junho de 1657, acompanhado pelo Conde de Cominges, embaixador extraordinário de França. Este vinha apresentar os pêsames à Rainha Regente pela morte de D. João IV, falecido em 6 de Novembro de 1656, e, pensava-se então, trazer auxílio e negociar a tão desejada aliança e o casamento franco-português. Pelo contrário, Cominges vinha solicitar auxílio com exigências pouco razoáveis e, segundo alguns autores, mais do que negociar o casamento com a Rainha Regente, trazia nas suas Instruções uma indicação para alimentar apenas esse projecto, sem nunca o chegar a concretizar. (Tullio 166 e Beirão 469)

Dois anos se passaram em diligências, elogios exacerbados à beleza da Infanta através de cartas de Cominges dirigidas ao Cardeal e à Rainha viúva,¹⁷ pedidos de França de retratos de D. Catarina, (Tullio 166) e negociações que aumentavam a desconfiança do governo português, pois nem aliança, nem tratado, nem contrato de casamento chegavam a uma efectiva concretização. (Santarém, tomo IV, parte II, LVIII-IX) Veio a verificar-se que, ao mesmo tempo que o enviado de França em Portugal tratava, ou alimentava falsamente as esperanças, do casamento da Infanta de Portugal com o Rei de França, o Marquês de Lionne fazia em Madrid propostas para casar o mesmo soberano com a Infanta D. Maria Teresa, filha dos Reis Católicos, fazer uma aliança com a Espanha e desamparar Portugal.

Sem chegar a acordo, o Cardeal Mazarino mantinha as conversações com Espanha, que aparentemente corriam de uma forma positiva, e deu ordens ao Embaixador Cominges para que regressasse a França em Fevereiro de 1659 e, segundo Virgínia Rau, "para ganhar

17. "Refere o embaixador que achára a Infanta tão formosa que julgava não ser obra de um homem mas sim de Deos" (Santarém, tomo IV, parte II, XLVIII) e, também, "Cominges ao conhecer a Princesa, ficou muito bem impressionado e escrevia para a sua côrte que era mais bela do que a representava o retrato que se vira em França (levado por Rosário?); que, formosíssima e majestosa se estivesse bem penteada e bem vestida, poucas belezas da côrte de França poderiam igualá-la"; e que era as "delícias e o amor de todo o Reino" (Beirão 469).

tempo”, (Rau 23)¹⁸ pediu à Rainha D. Luísa de Gusmão que nomeasse alguém a acompanhá-lo, com plenos poderes para, aparentemente, concluir as negociações. Desta forma, Mazarino ia iludindo Portugal e Espanha, negociando com um e com outro, procurando aquele que seria o melhor partido e melhor aliado.

Em 13 de Abril de 1659, o Conde de Soure, nomeado embaixador extraordinário na corte de Luís XIV, partiu de Lisboa, mas, antes de chegar a França, tomou conhecimento em Plymouth e, posteriormente, de uma forma pormenorizada, no Havre em 2 de Junho, de que se ajustara a paz entre a França e a Espanha no princípio de Abril, e que Mazarino estaria presente nos encontros dos Pirenéus para tratar da paz e do contrato de casamento de Luís XIV com D. Maria Teresa, Infanta de Espanha. (Santarém, tomo IV, parte II, LXXI e 422 e seg.) Em 17 de Novembro foi assinado o Tratado de Paz dos Pirenéus, em que Portugal não era incluído, Mazarin não se aliou à causa de Portugal e as expectativas do casamento, de aliança e ajuda de França saíam completamente frustradas.¹⁹

Apesar desta conclusão desoladora e inesperada para Portugal, a viagem do Conde de Soure a Paris, onde chegou em 8 de Junho de 1659, não se revelou totalmente infrutífera: com a ajuda do Visconde de Turenne obteve, para além da colaboração de militares franceses, o apoio do Conde de Schomberg para vir servir em território português. Este regressou a Portugal com o Conde de Soure, passando por Londres, embarcando em navios emprestados pelo monarca inglês, por lhe ser proibido fazê-lo em França. Nessa breve passagem por

18. A mesma expressão foi utilizada pelo Visconde de Santarém: “recorreo a outro artifício para ganhar tempo no que respeitava os negocios de Portugal, em quanto adiantava a negociação com os nossos inimigos.” (Tomo IV, parte II, LXVIII)

19. Silva Tullio, no artigo já mencionado, refere de modo incisivo, o “logro” ou “cilada” em que Portugal se viu envolvido: “Tal foi o desenlace das negociações com que o treitento cardeal nos embaiu durante quatro annos, trazendo-nos engodados pela promessa do casamento da infanta D. Catharina com Luiz XIV”. (167)

A astúcia e audácia do Cardeal Mazarino eram de tal forma prepotentes que, em Dezembro de 1659, ainda enviou a Lisboa o Marquês de Chouppe com algumas propostas francesas, entre as quais a sugestão de que Portugal voltasse ao que era antes de 1640, a fim de cessar as hostilidades com o país vizinho. Imediatamente interrompido pelo Conde de Cantanhede, um dos homens nomeados pela Rainha Regente para ouvir o enviado francês, “se levantou, dizendo, que se a Nobreza, e o povo soubessem o que continhão as proposições, que se havião lido, que nenhum dos que estão presentes, estavam seguros naquelle lugar”. (*Historia de Portugal Restaurado* do Conde da Ericeira *apud* Rau 95)

Inglaterra, segundo alguns autores, terá mencionado ao monarca inglês um eventual casamento com a Infanta portuguesa.

Fracassadas as negociações com França, Portugal precisava de assegurar outros apoios para manter a independência: os exércitos espanhóis ameaçavam o território português e Mazarino não podia oferecer auxílio abertamente depois da recente aliança de casamento franco-espanhola. Para Portugal, país iludido e abandonado por França, pressionado a ceder na sua soberania, as perspectivas não eram as melhores ou, como refere um autor de língua inglesa, “were rather gloomy”. (Goetz 44) De acordo com artigo de autor anónimo sobre D. Catarina de Bragança: “Achavase o Reino exausto de gente, e armas, e não era facil sem soccorros estrangeiros defender-se de todas as forças de Castella, unidas em um corpo”. (1884, 21)

São muito e variados os comentários a estes projectos em diversos artigos sobre D. Catarina de Bragança. Apesar de “ludibriado pelas potências estrangeiras que se moviam aos influxos de Madrid”, (Sarmiento [s.p.]) apesar da desilusão e do cansaço provocados por “intermináveis negociações de casamento”, (Soares 11) o governo português virou-se para a Inglaterra, antiga aliada e grande potência europeia, onde recentemente Carlos II fora proclamado Rei e onde se instaurara de novo a monarquia:

Após o tratado dos Pirinéus, o govêrno de D. Louisa de Gusmão, desiludido por êste lado, procurou naturalmente outra aliança. E a regente rejuvilou certamente, quando viu que as coisas se dispunham de modo a que a sua filha, havendo perdido o casamento em França, tivesse probabilidades de se ligar ao soberano duma outra grande potência – Charles II. (Ângelo Ribeiro *apud* Peres 87-88)

A Restauração de Inglaterra deu-se após mais de uma década da chamada “Puritan Revolution” (1642-1660), (Liversidge 12) anos de uma tentativa de governo republicano, que se seguiu a uma violenta e sangrenta guerra civil terminada em Janeiro de 1649 com a vitória de Oliver Cromwell, a condenação e execução de Carlos I e a abolição da monarquia em Fevereiro do mesmo ano. A Inglaterra foi declarada uma

República e governada pelo Parlamento e por um *Lord Protector*, Oliver Cromwell. O príncipe herdeiro, Carlos Stuart, vagueou pelas principais cortes da Europa, foi proclamado rei no exílio pelos seus apoiantes, coroado em 1651 em Scone, na Escócia, e fugiu ao exército puritano em 1651, depois da derrota do exército de facção realista, em Worcester. O regresso e Restauração da monarquia em Inglaterra deu-se em 29 de Maio de 1660, dia do seu trigésimo aniversário: Carlos II entrou em Londres com uma recepção apoteótica e calorosa, como se pode testemunhar em relatos e diários da época, como, por exemplo, o diário de John Evelyn.²⁰

Para além destas manifestações entusiásticas e exaltadas, também o esperavam dificuldades e problemas para resolver, como refere, o historiador e biógrafo Arthur Bryant:

(...) for beneath the surface the country was still bleeding from the wounds, religious and political, which for twenty years Englishmen had inflicted on one another; a vast national debt had to be liquidated; the Army and the Navy were several years in arrears of pay, and there was war with a foreign power. Such realities could only be forgotten in the first wild joy of release from captivity. (88)

Independentemente da complexidade da situação interna que a Inglaterra atravessava, para Portugal, uma aliança com a recém-restaurada monarquia inglesa e o auxílio militar daí potencialmente resultante, surgia como uma esperança para a consolidação da independência, dada a urgente necessidade de apoio motivada pela deslealdade de França no Tratado dos Pirenéus e pela grande actividade ameaçadora do exército castelhano em território português. Coincidentemente, quando se deu a Restauração da monarquia

20. "This day, his Majesty, Charles the Second came to London, after a sad and long exile and calamitous suffering both of the King and Church, being seventeen years. This was also his birth-day, and with a triumph of above 20,000 horse and foot, brandishing their swords, and shouting with inexpressible joy; the ways strewed with flowers, the bells ringing, the streets hung with tapestry; fountains running with wine; the Mayor, Aldermen, and all the Companies, in their liveries, chains of gold, and banners; Lords and Nobles, clad in cloth of silver, gold, and velvet; the windows and balconies, all set with ladies; trumpets, music, and myriads of people flocking, even so far as from Rochester, so as they were seven hours in passing the city, even from two in the afternoon till nine at night. I stood in the Strand and beheld it, and blessed be God." (Bray 341)

inglesa, D. Francisco de Melo, embaixador de Portugal em Londres,²¹ encontrava-se de partida da capital inglesa e estava pronto um navio para o trazer a Portugal. O embaixador dera por concluída a sua missão, pois já conseguira, em 18 de Abril de 1660, a assinatura de um tratado, como refere Edgar Prestage:

um tratado com o Conselho do Estado, que representava a República, pelo qual o Rei de Portugal era autorizado a alistar 12.000 soldados de Infantaria e a comprar 2.500 cavalos e armas. (...) As tropas deviam gozar da liberdade de culto na forma estabelecida pelo Tratado de 1654, o qual juntamente com os Seis Artigos de 1652 era dêste modo confirmado. (154)²²

Aproveitando a sua presença em Inglaterra, o governo português encarregou Francisco de Melo e Torres de felicitar o novo monarca e de lhe lembrar o apoio e a protecção sempre prestados pela corte portuguesa à família real inglesa, visando, entre outros aspectos, a ratificação do tratado que tinha sido elaborado entre ele e o governo anterior. Nesse sentido, o embaixador Francisco de Melo e Torres escreveu um memorial do qual distribuiu cópia às pessoas mais influentes,

-
21. Francisco de Melo e Torres, Conde da Ponte e Marquês de Sande, foi governador de Olivença e general durante as guerras da Restauração no Alentejo. Para além de embaixador de Portugal em Inglaterra, fez parte do Conselho de Estado e da Guerra. Depois do casamento da infanta D. Catarina com o rei inglês, foi encarregado de negociar o casamento de D. Afonso VI com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia. Alvo de invejas e intrigas políticas, morreu assassinado em 7 de Dezembro de 1667. Sobre a sua vida e obras que deixou, como cartas e outra documentação, veja-se a obra de Theresa M. Schedel de Castello Branco, já mencionada. Edgar Prestage em *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, 157), chama a atenção para o facto de nesta época se encontrarem quatro diplomatas com o mesmo nome: "1) Francisco de Melo, Conde da Ponte, Marquês de Sande; 2) D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, embaixador na Holanda e na Inglaterra e 3) seu primo D. Francisco Manuel de Melo, a que já se fez referência no Cap. II, Relações com a França; 4) D. Francisco de Melo, Conde de Assumar, português que continuou fiel a Filipe IV e foi governador de Flandres a partir de 1643." Sobre a cronologia das embaixadas dos representantes de Portugal em Londres veja-se Brazão 98 e stes.
22. Só em 10 de Julho de 1654 o Dr. João Rodrigues de Sá Menezes, Conde de Penaguião, embaixador de Portugal em Londres, conseguiu o Tratado de Paz e Aliança com Cromwell que, diga-se, trazia na realidade grandes vantagens para Inglaterra. Sobre este Tratado diz o mesmo autor: "O Tratado de 1654 representa para a República uma vitória diplomática, pois obteve de Portugal assinalados privilégios comerciais e religiosos, pretendidos de Espanha e que esta lhe recusara; em troca os portugueses só receberam as vantagens da paz e da mútua amizade. Um acôrdo tam unilateral acarretou o descrédito da Inglaterra, e foi para Portugal uma profunda humilhação; de resto era uma prova evidente da supremacia da Inglaterra, cujos súbditos, que negociavam com Portugal ou lá viviam, ficavam de futuro em melhor situação que os próprios portugueses." (Prestage 147)

onde resumia o historial das relações anglo-portuguesas e apresentava uma lista de serviços prestados ao Rei Carlos I e ao seu filho no exílio,²³ salientando que o novo Rei, por razões políticas e por gratidão, deveria auxiliar Portugal na sua luta contra a Espanha, aspecto abordado e analisado por inúmeros autores.²⁴ Conseguiu também que mais de duzentos comerciantes assinassem uma petição dirigida a Carlos II para manter o comércio com Portugal. Francisco de Melo pediu ainda uma audiência ao rei, que lhe foi concedida com aparente facilidade, pois essa audiência havia sido negada por Carlos II aos embaixadores de França e Holanda. Desta forma, tudo indica que o embaixador português terá sido o primeiro representante estrangeiro a ser recebido pelo novo monarca. Efectivamente, durante a passagem de Carlos II por Haia, ainda no exílio, pouco tempo antes do seu embarque para Inglaterra, a influência espanhola actuara em desfavor de Portugal. Enquanto o Conde de Miranda, representante de Portugal, viu ser-lhe recusada uma audiência, o representante de Espanha foi recebido publicamente com grandes mostras de apreço.

Dadas estas circunstâncias e considerando que não tinha instruções do seu governo sobre os procedimentos a seguir, D. Francisco de Melo achou-se na situação instável de ter que tomar decisões e actuar com iniciativa pessoal, ignorando se estaria alguém destinado para o substituir. Desde logo começou a fazer diligências, para as quais contou com a ajuda eficaz do padre Russell, intérprete da embaixada, que se tornou o seu braço direito nos contactos com as autoridades inglesas e com o apoio de Thomas Maynard, cônsul de Inglaterra em Lisboa. Sobre o primeiro, D. Francisco de Melo redigiu, em Setembro desse mesmo ano, um rasgado elogio: “O padre Richard Russell,

23. António de Sousa de Macedo, foi seu antecessor como representante de Portugal em Londres, onde se manteve alguns anos depois de ter terminado a sua missão diplomática. Amigo da família real inglesa, escreveu a Carlos II felicitando-o pela Restauração. Este, que não esqueceu como o “nosso residente em Londres quando Cromwell promovia o julgamento e morte de Carlos I, pugnou tanto a favor d’este infeliz monarcha, (...) tanto que subiu ao throno, remunerou os serviços do nosso ministro feitos a seu pae com o título de barão de Molingaria para todos os seus successores (os condes de Mesquitella), dizendo-se na carta régia d’esta mercê, que Antonio de Sousa de Macedo defendêra a dignidade real de Carlos I, até com imminente risco da sua vida.” (Tullio 190)

24. Sobre esta matéria pode consultar-se Ericeira tomo II, 306-308, Santarém tomo XVII, 122-24, Tullio 190, Beirão 473-74, Prestage 155, Rau 27 e, ainda, Branco 361-62.

Protonotário apostólico, serve a Vossa Majestade e conhece todos os ministros, o Rei, os Secretários (por sua via tenho dado os mimos que não tomariam por outro, a fim de que se não soubesse), por onde, além das suas muitas letras, línguas e mão que aqui tem é utilíssimo e inescusável nesta embaixada.” (Branco 360 e Ericeira tomo II, 308) Quanto a Thomas Maynard, aparentado com um dos conselheiros de Estado e primo do General Monck por via de sua mulher, ofereceu-se para ir a Londres ajudar as negociações portuguesas com as autoridades inglesas, servindo-se da sua posição e contando com o apoio da Rainha Regente de Portugal. Segundo Theresa Castello Branco, a sua presença foi extremamente útil ao Embaixador, pois colocou-o em contacto com Monck e, através deste, com William Morris, parente do General, nomeado Secretário de Estado a pedido deste, e precioso informador na condução das negociações com a Inglaterra. (Branco 359 e stes.) Em 2 de Agosto desse ano, teve lugar um acontecimento significativo para as relações entre os dois países:

(...) contra todas as expectativas, todas as previsões, e apesar de todos os manejos espanhóis, Francisco de Melo, que fora sucessivamente Embaixador de Portugal aos Protectores Oliver e Richard Cromwell, ao Parlamento e ao Conselho de Estado da República, era oficialmente recebido por Charles II. Dadas as circunstâncias, a recepção do representante português por um Rei a quem a Espanha considerava virtualmente seu dependente, representava uma extraordinária vitória diplomática. (Branco 366)²⁵

Em 15 de Junho, a Rainha Regente de Portugal escrevera ao Rei de Inglaterra em nome de D. Afonso VI, para sublinhar os poderes de D. Francisco de Melo e confirmar os tratados já existentes entre os dois países. Após conversações, em Outubro de 1660, foram confirmados e ratificados os tratados existentes entre Portugal e Inglaterra. Alguns autores afirmam que D. Francisco de Melo recebeu também instruções precisas da Rainha D. Luisa de Gusmão para propor o casamento

25. Sobre esta matéria veja-se também Clarendon vol.2, 145-46, Santarém tomo XVII, 124 e, ainda, Prestage 155.

do novo rei inglês com a Infanta D. Catarina e, dessa forma, conseguir uma aliança com a Inglaterra, devendo dirigir-se, para esse efeito, aos ministros mais próximos de Carlos II, como é referido, por exemplo, nas *Memórias* de Ablancourt:

Lors que les Portugais sceurent que les Anglois avoient rappellé leur Roi, ils chargerent Francisco de Mello de Torrez Comte de Ponte, & depuis Marquis de Sandes d'aller en qualité d'Ambassadeur Extraordinaire le feliciter sur son heureux retour, & la Reine lui recommanda d'entrer en conference avec le Chancelier Hyde, & le porter à déterminer le Roy son Maître à épouser l'Infante de Portugal. (73-74)

Não se sabe ao certo de quem partiu a ideia deste projecto de casamento. Sobre a sua efectivação, que resultou no Tratado de Aliança entre as coroas de Portugal e de Inglaterra, ou quem teve a iniciativa de o propor, encontram-se diversas opiniões. Apesar da intensa actividade e das negociações empreendidas por D. Francisco de Melo, embaixador português em Londres, os autores convergem na afirmação de que a primeira tentativa de negociação do casamento da Infanta D. Catarina não foi uma ideia emergente do contexto político de 1660 e que os primeiros contactos no sentido de unir a Inglaterra e Portugal através de um casamento são realmente anteriores. Para alguns, a ideia desta ligação matrimonial parece ter surgido no tempo em que o Dr. António de Sousa de Macedo era representante de Portugal em Londres, durante a Guerra Civil inglesa. No entanto, actualmente, conhecem-se outras propostas e negociações secretas da Rainha Regente relativas ao casamento da infanta D. Catarina anteriores à Restauração da monarquia inglesa. De acordo com Janet Mackay, uma delas foi dirigida ao General Monck²⁶: “With

26. George Monck, primeiro Duque de Albermarle, foi o homem que recebeu Carlos II na praia em Dover, em Maio de 1660, restituindo-lhe o trono. Militar de carreira, após servir sob Oliver e Richard Cromwell, e depois de todos os problemas existentes entre o Parlamento e o Exército, convenceu-se de que apenas o regresso do monarca impediria a anarquia no país. Durante dez anos serviu Carlos II, presidiu à dissolução de grande parte do exército de Cromwell nos meses a seguir à Restauração e, tal como na primeira guerra com os holandeses, este General comandou uma armada inglesa na segunda guerra com a Holanda. Cf. Hill 218-21 e Kenyon 107.

the death of Cromwell it had become evident to her that a restoration was approaching, and she sent secretly to General Monk, proposing her daughter in marriage with the exile, Charles." (21) Como se pode constatar, estas e outras questões de pormenor, mas não de somenos importância, relativas à política inglesa de alianças, os projectos de casamento para Carlos II e outras linhas de investigação, ultrapassam as possibilidades e âmbito deste breve ensaio.

Após múltiplas e variegadas propostas de casamento com o rei no exílio ou recém-restaurado, alguns membros do seu Conselho Privado manifestaram o desejo de encontrar uma rainha protestante para Carlos II, propondo um deles a filha do Príncipe de Orange, hipótese rejeitada, como tantas outras, pelo soberano, que invocou "unanswerable Reasons why He could not entertain that Alliance". (Clarendon vol. 2, 152) O Conselho concordou então por unanimidade que não havia princesa católica na Europa que pudesse oferecer mais vantagens que a Infanta de Portugal, pois o seu dote, em dinheiro apenas, era bastante superior ao que qualquer Rei de Inglaterra recebera alguma vez em casamento. Quanto às praças, Tânger e Bombaim, eram extraordinariamente importantes para o desenvolvimento do comércio inglês quer no Mediterrâneo quer na Índia: "the new Acquisitions of *Dunkirk, Mardike, Tangier, Jamaica, and Bombayne*, ought to be looked upon as **Jewels of an immense Magnitude in the Royal Diadem**; and though they were of present Expense, they were like in a short Time, with God's Blessing, to bring vast Advantages to the Trade, Navigation, Wealth and Honour of the King and Kingdom." (Clarendon vol. 2, 313) Se na globalidade destes territórios isto não se verificou, no que diz respeito a Bombaim o chanceler de Inglaterra não se enganou, pois tratou-se, efectivamente, da primeira pedra na construção do futuro império britânico no Oriente, a futura "jóia da Coroa". Com a aprovação e ordem do Rei, o Conselho iniciou as negociações com o embaixador português, mantendo em segredo a parte que se referia ao casamento e tornando públicas apenas as negociações relativas ao tratado de aliança e de comércio com Portugal, o que contou, por um lado, com a aprovação geral, por outro, com o desagrado e oposição do embaixador espanhol.

D. Francisco de Melo empenhou-se na condução de duas negociações paralelas com diferentes individualidades: uma, abertamente ligada à ratificação dos tratados anteriores, comunicando, para esse efeito, com o Secretário Morris; outra, relativa ao casamento do Rei com a Infanta com muita discrição e segredo, inicialmente tratada pelo lado inglês com o Conde de Manchester e o monarca e, pelo lado português, pelo próprio embaixador auxiliado pelo padre Russell.

Estas conversações exigiam também uma grande habilidade diplomática, pois a Inglaterra não pretendia entrar em conflito com outros países se o pudesse evitar, nomeadamente com a Espanha. D. Francisco de Melo tentou que Carlos II tomasse a protecção de Portugal e se compromettesse a declarar guerra ao país vizinho, tendo em conta o casamento, o dote, a entrega das praças e os seus interesses com Portugal. Mas o soberano inglês respondeu que não o faria por não se encontrar em situação de sustentar uma guerra e que, só se a Espanha declarasse guerra a Inglaterra, por causa do casamento e do socorro prometido a Portugal, se colocaria em posição de defesa. (Clarendon vol. 2, 153)²⁷

Relativamente ao dote, a tudo a coroa portuguesa deitou mão para conseguir completar o que havia prometido e que ficou estipulado no artigo 5º do Tratado: dois milhões de cruzados portugueses, dos quais uma metade seria entregue à armada inglesa que vinha buscar a Infanta, e a outra metade seria paga em Londres até um ano depois da chegada da princesa portuguesa a Inglaterra. D. Francisco de Melo informou ainda que iriam tomar outra medida, nunca antes utilizada, que, em sua opinião, assegurava todas as outras: como prova de confiança ao rei de Inglaterra, a Infanta embarcaria e viajaria na armada inglesa antes do casamento religioso e dirigir-se-ia a Inglaterra onde, então, a cerimónia teria lugar. Esta decisão foi, na realidade, uma habilidade diplomática destinada a ultrapassar a dificuldade da cerimónia religiosa do casamento. Assim o referiu Virgínia Rau:

27. Cf. *Ibidem*, 153.

Como Roma ainda não tinha reconhecido a independência de Portugal, nem os Duques de Bragança como seus legítimos Reis, a dispensa, que seria necessário pedir à Santa Sé para se realizar o casamento de D. Catarina em Portugal, com um príncipe protestante, só seria concedida à filha do Duque de Bragança e não à princesa real portuguesa. Realizando-se a cerimónia em Inglaterra, onde a Santa Sé não exercia jurisdição, o casamento podia-se fazer legalmente sem o consentimento formal de Roma, e dando a D. Catarina os títulos e tratamento a que tinha direito. (46)

Foi, de facto, esta a razão que levou o governo português a mostrar tal condescendência e a aceitar que a parte religiosa do casamento tivesse lugar apenas depois da chegada de D. Catarina a Inglaterra. O embaixador, revelando uma grande prudência, obteve um documento de Carlos II, com data de 22 de Junho de 1661, em que este declarava receber D. Catarina por sua esposa antes de o tratado ser assinado pelo Rei de Portugal:

CHARLES R.

Whereas his Majesty is resolved to declare under his Royal Hand and Seal the Most Illustrious Lady Infanta of Portugall to be his lawful wife before the Treaty shall be signed by the King of Portugall, which is to be done only for the better expiditing the marriage, without sending to Rome for a dispensation, which the laws of Portugall would require if the said most Illustrious Infanta were to be betrothed in that kingdome. (*Apud Davidson*, 70) ²⁸

Com as cláusulas do Tratado já delineadas e interessado em concluir este assunto com Portugal, Carlos II reuniu com o Conselho Privado, no dia 9 de Maio, informou os seus membros do projecto que estava em curso, das diversas etapas das negociações já ultrapassadas, pedindo um parecer sobre essa matéria. Numa sessão que durou cerca de quatro horas, todos deram a sua opinião e por

28. Nesta declaração lê-se também que, se as cláusulas do tratado não fossem executadas tal como estava previsto, a declaração ficaria nula e sem efeito. Pode ler-se o texto português deste documento em "Codicilio ao tratado de casamento de Carlos II e D. Catharina de Bragança". (Branco 569-70) Sobre esta matéria veja-se também Prestage 1928, 164-65 e Rau 47.

unanimidade decidiram que o Rei deveria rapidamente e sem mais demora concluir o tratado: “it was very fit for his Majesty to embrace the Propositions, which were of great advantage to himself and the Kingdom”. (Clarendon vol. 2, 179)

No final de um discurso otimista, apelando à paz e à união, o Rei anunciou publicamente as suas intenções relativamente ao casamento e à aliança com Portugal, longo excerto que aqui se inclui, pela sua relevância pessoal e institucional:

I will not conclude without telling you some news that I think will be very acceptable to you; and therefore I should think myself unkind and ill-natured if I should not impart it to you. I have been often put in mind by my friends that it was high time to marry; and I have thought so myself ever since I came into England. But there appeared difficulties enough in the choice, though many overtures have been made to me: and if I should never marry till I could make such a choice against which there could be no foresight of any inconvenience that may ensue, you would live to see me an old bachelor, which I think you do not desire to do. **I can now tell you, not only that I am resolved to marry, but whom I resolve to marry, if God please... and, trust me, with full consideration of the good of my subjects in general, as of myself: it is with the daughter of Portugal.**

When I had as well as I could weighed all that occurred to me, the first resolution I took was to state the whole overtures which had been made to me, and in truth all that had been said against it, to my Privy Council; without hearing whose advice I never did, nor ever will, resolve anything of public importance. And I tell you with great satisfaction and comfort to myself that after many hours debate in a full council (for I think there was not above one absent)... my Lords, without one dissenting voice (yet there were very few sat silent), advised me with all imaginable cheerfulness to this marriage. Which I looked upon as very wonderful, and even as some instance of the approbation of God Himself; and so took my own resolution and concluded all with the ambassador of Portugal, who is departing with the whole Treaty signed, which you will find to contain many great advantages to the kingdom. And I make

all the haste I can to fetch you a Queen hither, who, I doubt not, will bring great blessings with her to me and you. I will add no more, but refer the rest to the Chancellor.²⁹

No entanto, para Charles Boxer, a aliança luso-britânica apresentou-se "(...) rather as a union of strange bedfellows than as a marriage of like minds", ([s. d.] 27) tendo em conta grandes diferenças culturais e religiosas entre os dois reinos, e que em Inglaterra coexistiam vertentes diversificadas de um protestantismo muitas vezes exacerbado, e Portugal era um país católico periférico.³⁰

3. Os Tratados de 23 de Junho de 1661

Em 23 de Junho de 1661, assinava-se em Whitehall o "Tratado de Paz e Aliança entre o Rei D. Afonso VI e o Rei Carlos II" e o "Tratado de Casamento entre o Rei Carlos II e a Infanta de Portugal, D. Catarina de Bragança". Este Tratado constava de 20 artigos públicos e um secreto e foi ratificado por Portugal em 29 de Agosto de 1661 e por Inglaterra em 20 de Setembro de 1661.

Nesse acordo de 1661 ratificavam-se e confirmavam-se todos os tratados assinados entre Portugal e a Inglaterra desde 1641, aumentavam-se os privilégios e imunidades dos comerciantes ingleses nos domínios portugueses, cediam-se ao Rei de Inglaterra todas as praças e fortalezas que os ingleses pudessem vir a recuperar dos holandeses e que tivessem sido pertença de Portugal, cedia-se para sempre a praça de Tânger, no Mediterrâneo, entregue, por exigência inglesa, antes de a Princesa embarcar para Inglaterra, e a Ilha de Bombaim,

29. Cf. "Speech to Both Houses at the First Session of the Second Parliament, May 8, 1661." (Bryant 111-12) O mesmo texto em versão portuguesa de 1661 encontra-se em Melo 1661. Esta *Relação* do embaixador constitui a Prova Num. 37 das *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Sousa tomo IV, II parte, 493-502). Pode encontrar-se também em Clarendon 181-82 e Rau 5051.

30. Estas assimetrias levaram o mesmo autor a afirmar: "England and Portugal had gone diametrically opposite ways with the Reformation, when Portugal remained a staunchly Roman Catholic country and the Holy Office of the Inquisition (established at Lisbon in 1536) retained both power and popularity." (Boxer 1986, 23)

na Índia, com a condição de que se mantivesse o livre exercício da religião católica aos portugueses que aí quisessem continuar a residir.

A entrega de Tânger foi o principal obstáculo para o acordo final na redacção das cláusulas do tratado. Os ingleses insistiam que a sua entrega se fizesse antes do casamento, o que a parte portuguesa queria evitar, receando que algum problema na ocasião da entrega prejudicasse o tratado. Este problema foi resolvido por meio do codicilo, em que o Rei de Inglaterra declarava a “*Illustrissima Senhora Infanta de Portugal por sua legítima mulher antes do tratado se assinar por El-Rei de Portugal*”. O embaixador português levava consigo em segredo, para esse efeito, uma procuração da Infanta, autorizando-o a receber o Rei de Inglaterra como seu legítimo marido. (Castro tomo IX, 173) Desta forma, depois da entrega da cidade e fortaleza de Tânger, a armada inglesa encarregada de assistir a este acto, comandada pelo Almirante Sandwich, dirigir-se-ia a Lisboa a fim de receber a Infanta e a transportar ao seu novo país.³¹

A Infanta, como também ficou no acordo, levaria um dote de dois milhões de cruzados portugueses e, em Inglaterra, ser-lhe-ia garantido e a todos que a acompanhassem, o livre exercício da religião católica. O Rei inglês obrigava-se a fixar-lhe uma doação de trinta mil libras anuais, a assegurar-lhe um número de oficiais e criados convenientes à sua dignidade e a garantir-lhe um palácio para sua residência, que manteria no caso de o Rei morrer primeiro. Nesta situação, se a Rainha desejasse voltar para Portugal, ou qualquer outra parte, poderia fazê-lo, mantendo-se a doação de trinta mil libras e podendo levar consigo jóias, bens e móveis.

Em troca destas vantagens e concessões, o Rei inglês comprometia-se a “trazer no coração as coisas e conveniências de Portugal e de todos os seus domínios” (artº. XV do Tratado) ou seja, obrigava-se a defender Portugal e os seus territórios, tanto no mar como em terra, contra castelhanos e contra piratas. Comprometia-se, também, a enviar para Portugal, à sua custa, grupos de infantaria de mil homens cada um e dois regimentos de cavalaria de quinhentos homens cada; a auxiliar

31. Cf. Branco 402 e, também, Prestage 198, 164-65.

em caso de invasão com dez naus de guerra e ainda, se necessário, com todos os barcos que se encontrassem nas proximidades do local. No artigo secreto, o soberano inglês empenhar-se-ia em conseguir uma paz duradoura entre Portugal e os Países Baixos, empregando, se necessário, a força para protecção dos territórios portugueses.

Depois de vencidos muitos obstáculos e depois de conversações demoradas, em que intervieram, quer para o apoiar quer para o impedir, reis e embaixadores, ministros e cardeais, políticos e militares, leigos e membros do clero, católicos, judeus e protestantes. Com este Tratado, afirmou José de Almada, “iniciou-se um novo período nas relações anglo-portuguesas.” (vol. 1, 55)

Dada a sua repercussão internacional, o resto da Europa estava com os olhos postos nesta aliança, e no casamento do Rei inglês com a Infanta de Portugal. Esta união e tudo o que nela se jogou tem sido o aspecto mais salientado, e igualmente criticado, do Tratado. Diversos autores salientaram e, por vezes, lamentaram os territórios cedidos por Portugal,³² o dinheiro e o livre comércio que constituíram o dote da Infanta, acabando por minimizar o que Portugal recebeu em troca, ou seja, todos os aspectos relativos à assistência, protecção e auxílio militar por parte da nação britânica e, também, o reconhecimento da sua soberania, por toda a Europa, ao tornar Rainha de Inglaterra uma princesa portuguesa.

Tratou-se de uma aliança que, para além da controvérsia inicial em Inglaterra, suscitou sentimentos nacionais contraditórios. As muitas concessões feitas por Portugal, definidas no texto do tratado, terão levado o próprio governo a tomar algumas precauções na forma de as tornar públicas, tal como a substituição, já mencionada, dos governadores das cidades de Tânger e Bombaim, a fim de evitar problemas na cedência das praças, com receio de alguma resistência por parte das próprias autoridades locais.

32. São recorrentes em muitos autores expressões que revelam nostalgia ou tristeza pelas condições que Portugal aceitou com este tratado: “Assim se *perdeu* Tânger e Bombaim” (Ângelo Ribeiro *apud* Peres 90) e “O País ficava, desta maneira, *a trôco de pesados sacrificios*, é certo, com a sua independência garantida (...). Esta cessão [de Bombaim], *fortemente dolorosa* aos portugueses do Oriente (...)” (Sousa 79-80), ou ainda “este enlace à custa de *grandes sacrificios* do povo portuguez”. (Oliveira 271)

Embora seja compreensível um certo descontentamento relativamente à entrega das duas praças portuguesas e uma certa preocupação quanto à nova e diferente religião a que os residentes de Tânger e Bombaim ficavam expostos, esta aliança com Inglaterra, declarou Virgínia Rau, foi um triunfo diplomático: “Era preciso salvar a independência nacional, custasse o que custasse, e nenhuma potência na Europa estava disposta a ajudar a luta de vida ou de morte em que Portugal se debatia, sem daí receber grandes vantagens.” (57) O Secretário de Estado Gaspar de Faria Severim também recebeu instruções para omitir os artigos do tratado relativos à entrega de Tânger e Bombaim na sua leitura perante o Conselho de Estado, com receio de que fossem rejeitados, chegando mesmo o Conselheiro de Estado, Dr. Pedro Vieira da Silva, a ser “afastado para Évora por ter estranhado as condições do casamento, que causaram má impressão.” (Almada 43)³³

Nem toda a nação aplaudiu a concretização deste tratado. Segundo alguns autores, a primeira reacção foi de aplauso e de entusiasmo, que gradualmente se foi atenuando com as exigências e os sacrifícios pedidos para se cumprir o que estava prometido, como referiu Theresa Castello Branco: “a primeira reacção da população foi sem dúvida de entusiasmo, que esfriou, como habitualmente sucede, à medida que o facto ia perdendo novidade e que se começava a sentir tangivelmente, que havia alguma coisa a pagar por tanta boa fortuna”. (405) Para Silva Tullio, no entanto, o Tratado foi recebido com grande aplauso:

(...) pela rainha regente com o maior contentamento, e *differentes affectos* da nobreza e povo (diz o conde da Ericeira), porque a rainha a todo o custo lhe parecia barato conseguir o casamento da infanta em Inglaterra; e os povos sentiam vivamente a entrega de Tânger e Bombaim, por ficarem os moradores d’estas cidades expostos aos erros heréticos. (212)

Pelo contrário, de acordo com Eduardo Freire de Oliveira, houve muito descontentamento entre a população:

33. Veja-se também Prestage 1928, 167.

O tratado de paz e aliança com a Inglaterra foi muito mal recebido pela maioria da nação portugueza, que jámais se resignou com a cedencia de Bombaim e de Tanger, padrão de passadas glorias, nem se conformou com a enormidade do dote concedido ao licenciado noivo da infanta D. Catharina (...). O povo portuguez, que sofria os pesados encargos a que era forçado para sustentar a guerra da independencia, sentia com profundo desgosto que saíssem do reino dois milhões de cruzados (...). (237, 337)

Apesar da divergência de sentimentos e opiniões, de acordo com testemunhos da época, foram muitas e grandes as manifestações públicas de regozijo e entusiasmo por todo o Reino por ocasião do anúncio oficial da aliança e do casamento do monarca inglês com a princesa portuguesa. De entre os vários relatos, destacam-se dois folhetos do século XVII que descrevem pormenorizadamente em prosa e poesia os festejos que tiveram lugar em Lisboa em 1661 após assinatura dos Tratados e depois do anúncio oficial do casamento de Carlos II com D. Catarina de Bragança. Destacam-se *Festas Reays na Corte de Lisboa, Ao feliz Cazamento dos Reys da graõ Bretanha Carlos, & Catherina. Em os, Touros que se correram no Terreiro do Passo em Outubro de 1661. Dedicadas a Europa Princeza de Phenicia. E Escritas Por Izandro, Aonio, e Luzindo, Toureiros de forcado*, publicado em Lisboa, em 1661, e *Relacion de las Fiestas que se hizieron en Lisboa, Con la nueua del casamiento de la Serenissima Infanta de Portugal Doña Catalina (ya Reyna de la Gran Bretaña,) con el Serenissimo Rey de la Gran Bretaña Carlos Segvndo deste nombre, Y todo lo que sucedió hasta embarcarse para Inglaterra*, publicado em Lisboa, em 1662.³⁴

Claramente, era necessária uma aliança estrangeira para manter a independência do reino recém-restaurado, e isso não se podia fazer sem sacrifícios ou concessões. Também Theresa Castello Branco comentou estes factos: “as vantagens imediatas e as que ainda se podiam esperar do Tratado, compensavam largamente – diga-se o que se disser – as desvantagens.” (404)

34. Trata-se de um texto em castelhano que, embora tendo sido publicado como anónimo, se atribui geralmente a António de Sousa de Macedo. Cf. Tullio 213 e Rau 62.

Ao ter conhecimento do avanço final na conclusão das negociações, a corte portuguesa, que via a aliança com Inglaterra como indispensável para o futuro de Portugal, rejubilou e rapidamente ultrapassou a ansiedade causada pelas anteriores cartas do Embaixador português em Londres, informando do frio acolhimento que tivera por parte do Rei inglês. Em carta de Thomas Maynard, cônsul de Inglaterra em Lisboa, para o Secretário de Estado inglês Nicholas, é possível notar a expectativa com que as notícias eram aguardadas:

About four days since arrived in this port three merchant ships, who brought the news of his majesty's intentions to make the Infanta queen of England (the welcomest news that ever came to the Portuguese people), and confirmed by the king's and by the chancellor's speeches. There is no doubt his majesty hath made both nations very happy in his choice. The Infanta is a lady of incomparable virtue, of excellent parts, very beautiful, and of an *indifferent stature* [middle height], *being somewhat taller than the queen, his majesty's mother.* (Apud Strickland 362)

Depois da assinatura do Tratado, D. Francisco de Melo, Conde da Ponte, embarcou para Portugal, em fins de Julho, levando consigo o tratado para ratificação e duas cartas de Carlos II, uma para D. Catarina outra para a Rainha D. Luísa, pondo fim à ansiedade que se vivia em Lisboa, relativamente à conclusão das negociações. Agnes Strickland refere o texto de ambas as cartas, datadas de 2 de Julho de 1661. A epístola dirigida à Infanta, aí referida como "the Queen of Great Britain, my wife and lady", pode considerar-se "one of the most elegant specimens of a royal love-letter ever penned by a king of Great Britain". (363) Em 5 de Agosto de 1661, acusando a recepção das epístolas, D. Afonso VI assinou um decreto tornando pública, "a nova de estar de todo ajustado o casamento e de ficar já recebida a Infanta D. Catharina, minha muito amada e prezada irmã, com el-Rei, meu bom irmão e primo". (Oliveira 286)

Nesse decreto o Rei português solicitava ajuda do Senado da Câmara para, "com amôr e demontrações", festejar pública e dignamente os acontecimentos que acabavam de ter lugar e, em ofícios de 5 e 6 de Agosto, davam-se indicações precisas sobre a forma de

iniciar os festejos,³⁵ que o autor de *Relacion de las Fiestas*, numa prosa cuidada, referiu da seguinte forma:

Los casamientos de los Principes son tan vtiles al comun, por el fin de la sucession, y por la amistad que concilian entre las naciones, que no es lisonja sino deuda el celebrarlos con fiestas publicas; y por la misma razon es cõueniente hazer relacion dellas, para comunicarlas a los amigos absentes, y para mostrar a todos, que no se ha faltado a lo que se deuia.

Llegado, pues, a Portugal auiso de estar concluido el casamiento de su serenissima Infanta Doña Catalina, con el serenissimo Rey de la Gran Bretaña Charles II. hizieron todas las Ciudades, y Villas pricipales, demonstraciones publicas del contento general con que lo recebian; mas porque seria muy largo el referir todas, diremos solamente lo que se passò en Lisboa cabeça del Reyno. (II,1-15)

Durante três dias seguidos houve iluminações, fogueiras, fogo de artifício e celebrou-se um *Te Deum* solene na capela do Palácio da Ribeira. Teve lugar uma procissão em acção de graças em direcção à Igreja de S. Domingos, encontrando-se as ruas por onde passava enfeitadas com tapetes e panos de seda e as janelas ornadas de “Damas, que entre las grandezas de Lisboa han sido siempre su mayor ornato, y esplendor.” (II, 58-60)

Teve lugar o cerimonial do beija-mão real à nova Rainha pois, desde a publicação da notícia de que estava ajustado o casamento e que Charles II a recebera por mulher, informações trazidas pelo Conde da Ponte, D. Catarina de Bragança tomou o título de Rainha de Inglaterra, com maior convicção ainda depois da ratificação do Tratado, passando a ser assim tratada.³⁶ Também em *Relacion de las Fiestas*, D. Catarina é assim mencionada:

35. Para mais pormenores, veja-se a “Portaria do secretario do expediente e mercês Gaspar de Faria Severim – 5 d’agosto de 1661”, a “Portaria do secretario do expediente e mercês Gaspar de Faria Severim – 6 d’agosto de 1661.” Cf. Costa e Oliveira 286-87.

36. Veja-se Rau 60-61 e Branco 408.

En los dias siguientes los Consejos, y Tribunales de la Corte, sus Ministros vestidos de gala, dieron el parabien, y besaron la mano a su Magestad Britanica, cuya presencia, verdaderamente digna de Imperio, alegrava a todos. (...) El mismo obsequio hizieron los Inglezes asistentes en Lisboa con su Consul, vestidos con mucho luzimiento, que su Reina les pagó con tanto agrado, que por él le confessaron otro nueuo titulo para deuer amarla, y obedecerla. (II, 39-50)

Também em Inglaterra, em 1661, a Infanta começou a receber o mesmo tratamento. Samuel Pepys, autor de um dos mais importantes diários do século XVII apontou esse facto: "25th [September 1661] The Queen of England, as she is now owned and called, I hear doth keep open court and distinct at Lisbon. (...) 10th [November 1661] (Lord's day). At St. Gregory's, where I hear our Queen Katherine, the first time by name as such, publicly prayed for". Também em cerimónias religiosas viria a ser incluída nominalmente nas orações pela família real como "Our gracious Queen Katherine." (Green 384)

Os meses que se seguiram foram vividos com verdadeiro entusiasmo e alegria por toda a nação. "Toda a nação" incluía, obviamente, os territórios além-mar. Em 1662, em Salvador, no Brasil, por exemplo, representaram-se peças de teatro, nomeadamente comédias, em honra do casamento de D. Catarina com o Rei Carlos II, sendo os artistas pagos pela Câmara Municipal. (Serrão e Marques 438) Não se pouparam as festividades relacionadas com a nova aliança e com a Rainha de Inglaterra D. Catarina de Bragança, como vem poeticamente sublinhado pelo já mencionado poema *Festas Reays*:

Chegou a noua certa, a noua boa
 A Corte de Lisboa Do Felix Cazamento dezejado
 De CATHERINA, & CHARLES celebrado,
 Da grão Bretanha Reys, com nouo espanto
 Que agora he digno assumpto a mayor canto. ("Dia Primeiro de Izandro", vv. 99-104)

Este poema apresenta, em versos emparelhados, a narração e descrição das touradas de gala que tiveram lugar, em Outubro de 1661, na praça do palácio, às quais assistiram os membros da família real, os oficiais da casa real, as damas da corte, o embaixador de Inglaterra e outros diplomatas de outros países, ministros, cavaleiros e todo o povo ou, como diz o autor de *Relacion de las Fiestas*, “**un Mundo abreuiado**”. Acrescente-se ainda a referência ao cortejo alegórico que teve lugar, com grande aparato pelas ruas de Lisboa, partindo do Rossio em direcção ao Palácio e, segundo os relatos da época, “**toda la naturaleza mostraua su contento**”.

Após a ratificação do Tratado em Portugal e em Inglaterra, o diplomata *Sir Richard Fanshawe* chegou a Lisboa, a bordo da nau inglesa *Princess*, em 30 de Setembro de 1661. Ao contrário do que se chegou a afirmar, não vinha para negociar o casamento real, pois este já havia sido ajustado, mas para trocar as ratificações do Tratado de Casamento, preparar a missão do Conde de Sandwich, ou seja, verificar o andamento dos aspectos preliminares ao embarque da Infanta, entregar a D. Catarina correspondência do seu noivo, trazer alguns presentes, como sedas e vestidos à moda inglesa, e um retrato de Carlos II, numa miniatura com moldura de diamantes. Como muitos autores comentaram, pensa-se que “a imagem que a Infanta concebia do futuro esposo teria sido alimentada por esta miniatura e pelos relatos de Fanshawe.” (Sousa 1994, 30)

Sir Richard Fanshawe teve, efectivamente, um papel importante no âmbito das relações anglo-portuguesas. Em 1635 foi nomeado embaixador de Inglaterra em Madrid, onde para além do domínio perfeito do castelhano terá tomado contacto com a língua portuguesa e com *Os Lusíadas* de Luís de Camões, obra que traduziu e publicou em 1655, *The Lusiad, or, Portugals Historicall Poem: Written in the Portingall Language by Luis de Camoens; and now newly put into English* (London: Humphrey Moseley). Desde sempre defensor da causa do Rei, tomou o partido de Carlos I, quando rebentou a guerra civil, desempenhara sob as suas ordens várias missões diplomáticas e juntou-se, mais tarde, a Carlos II no exílio, onde o acompanhou até se dar a Restauração em Inglaterra. Enviado a Portugal em Setembro

de 1661, de onde regressou no mês de Dezembro, foi entre 1662 e 1663 embaixador de Carlos II na corte de Lisboa. Tornou a regressar a Portugal em 1664 e 1665 cumprindo uma missão diplomática, vindo de Madrid, onde era então embaixador e onde faleceu.

Fanshawe era um emissário real de grande prestígio e um homem fluente em diferentes línguas. Na qualidade de enviado especial, deveria acompanhar a Infanta na sua viagem para Inglaterra, “a não ser que as exigências do real serviço o obrigassem a ficar em Lisboa na qualidade de embaixador residente.” (Prestage 1928, 166) No entanto, a armada encarregada de transportar e escoltar a Rainha a Inglaterra, e por todos esperada em Lisboa com grande expectativa, tardou em chegar e diziam já algumas vezes que o atraso era uma afronta à Infanta. Fanshawe viu-se obrigado a regressar a Inglaterra, em Dezembro, para “indagar pessoalmente da demora e insistir pela vinda dos socorros prometidos.” (Branco 409) A ratificação portuguesa já havia sido, entretanto, levada a Londres, em Outubro, pelo padre Russell.

Na realidade, a armada de *Lord Sandwich*,³⁷ o Almirante designado para transportar e escoltar D. Catarina de Bragança a Inglaterra, ficara retida em Tânger mais tempo do que se tinha pensado. Tal como ficara definido pelos Artigos Segundo, Terceiro e Quarto do Tratado, o Conde de Sandwich passou por Lisboa com a sua esquadra no mês de Setembro, onde esperava credenciais que lhe permitiriam tomar conta de Tânger, e assistiu à chegada de *Sir Richard Fanshawe*, com quem ultimou alguns assuntos relativos à entrega desta praça. Em 13 de Outubro partiu para o Mediterrâneo, tomando posse da praça em Janeiro de 1662,³⁸ sem qualquer incidente, ao contrário do que se temia, como

37. Edward Montagu, primeiro Conde de Sandwich (1625-1672), almirante e patrono de Samuel Pepys, autor de um dos mais importantes diários dos tempos de Charles, tornou-se seguidor da causa real em 1659, depois da queda de Richard Cromwell, tendo transportado no seu navio *Naseby* (mais tarde rebaptizado de *Royal Charles*) o rei Carlos II na viagem da Holanda para Inglaterra, no fim do exílio. Depois da sua embaixada extraordinária a Portugal em 1661 e 1662, foram-lhe atribuídas várias missões como almirante e como diplomata, vindo a falecer numa batalha da Terceira Guerra com a Holanda, no mar.

38. Sobre a entrega de Tânger aos ingleses veja-se D. Fernando de Menezes, Conde de Ericeira, *Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até a sua ruina* (Lisboa, 1732); *Sir Hugh Bart Cholmley, An Account of Tangier (...)* in *The Memoirs of Sir Hugh Cholmley (...)*, 1787; E.M.G. Routh, *Tangier: England's Lost Atlantic Outpost, 1661-1684* (London, 1912); e, ainda, a recensão crítica desta obra feita por Edgar Prestage (*Revista de Historia*, II. Lisboa, 1912, 59 e stes).

refere Theresa C. Branco: “bem que mais tarde fosse àsperamente censurada, não consta que na ocasião tivesse levantado os ânimos.” (411) Faltava apenas a esquadra que viria render a sua e que traria o novo governador, *Lord Peterborough*, o que se deu no final de Janeiro e causou alguma demora no regresso de *Lord Sandwich* a Lisboa.

Neste compasso de espera, foram chegando a Lisboa enviados da corte inglesa para prestar homenagem e acompanhar a Rainha na viagem: Hugh Cholmley, que trazia cartas do Rei para D. Catarina e se alojou em casa do cônsul inglês; Edward Montagu, nomeado estribeiro-mor da Rainha, que a visitava da parte do Rei, com um grande acompanhamento de criados; e Richard Talbot, irlandês, que veio juntamente como enviado do Duque de York, irmão do Rei, prestar homenagem à princesa portuguesa, como referido em *Relacion de las Fiestas*. (II, 427-441)

Em meados de Fevereiro, *Lord Sandwich* partiu de Tânger em direcção a Lisboa, onde chegou no princípio de Março, ancorando em frente aos Jerónimos, com uma esquadra de “quatorze naos de guerra, e cinco sumacas, e huma barca”. A bordo do *Royal Charles* foi saudado, segundo António Caetano de Sousa, na *Historia Geneologica*, pelo vedor da Casa Real e representante de D. Afonso VI, D. Pedro de Almeida, que aí lhe deu as boas vindas e a toda a tripulação, ao som de uma descarga de artilharia da armada britânica. (163)

Estando o Tratado Anglo-Português definitivamente ratificado, o Almirante assumiu o título e as funções de embaixador extraordinário. Depois de alguns dias passados a bordo, em que tratou dos preparativos para o desembarque, foi visitado pelo embaixador de Portugal em Inglaterra. *Lord Sandwich*, partindo do jardim do Conde de S. Lourenço, em Belém, onde chegara num rico bergantim, fez a sua entrada solene em Lisboa num coche da casa real, seguido por muitos outros. Foi inicialmente acompanhado por D. Duarte Castelo Branco, Conde de Redondo, e, depois, pelo Marquês de Gouveia, do Conselho de Estado e mordomo-mor do Rei.

À sua passagem e de toda a comitiva, feita ao som de trombetas, juntaram-se desde logo coches de fidalgos e mercadores ingleses residentes em Lisboa, sob o olhar de “un indecible concurso de pueblo,

que ocupava todas las calles”, dirigindo-se ao Palácio de Corte-Real, onde se alojaram os ingleses, num ambiente verdadeiramente festivo e de ostentação, como se lê em *Relacion de las Fiestas*. (II, 482-83) Os dias passaram-se em audiências, recepções, banquetes, entre o embaixador extraordinário inglês e as mais altas personalidades da corte, “todo con la mayor grandeza, y asseo que puede imaginarse” e houve distribuição de vinho por toda a cidade em honra da esquadra recém-chegada.

Num desses dias, *Lord Sandwich* foi recebido no Paço pela Rainha Regente, “a que el estado de viudez no consentia adorno festiuo”, a seguir pelo Rei de Portugal e, finalmente, por D. Catarina, com quem já tinha falado em privado e a quem entregou as cartas que trazia.³⁹ As salas estavam ricamente ornadas com tapeçarias bordadas a ouro e outros adornos, sempre ao som de clarins e sob o olhar de muitos titulares e cavaleiros da corte, damas, guardas reais e “**el concurso del Pueblo innumerable, y todo lo que se veía, y oía causaua alegría, e infundia respecto**”. (II, 524-25)

Aproximava-se o momento do embarque da Rainha de Inglaterra e, também, o momento de entregar a primeira prestação do dote e comunicar a *Lord Sandwich* que havia algumas dificuldades relativamente ao dinheiro que estava acordado. Pelo artigo 5º do Tratado, ficara estipulado em dois milhões de cruzados, dos quais mil iriam com a Infanta e outros mil seriam pagos no espaço de um ano em duas porções, metade passados seis meses de a Princesa estar em Inglaterra, a outra metade, passado um ano. Os primeiros mil cruzados deveriam ser levados para a armada inglesa antes de a Infanta embarcar, uma parte em dinheiro que ficaria à responsabilidade das pessoas que Carlos II destinasse para esse fim, outra parte em jóias, pedras preciosas, açúcar e outras mercadorias, que se transportariam até ao rio Tamisa a cargo de pessoas autorizadas pelo Rei de Portugal para esse efeito que, ao fim de dois meses, entregariam ao Rei inglês o que faltasse para completar um milhão.

39. Embora António Caetano de Sousa, (164) refira que o *Lord Sandwich* foi recebido pela Rainha D. Catarina apenas dois dias depois da audiência que teve com o Rei de Portugal, o autor de *Relacion de las Fiestas* afirma, no entanto, que o embaixador inglês tinha já sido recebido particularmente pela Rainha de Inglaterra: “fue a su Reyna (a la qual el dia de antes hauia hablado priuadamente) (...)”. (II, 515-169)

Duarte da Silva, judeu português que “acompanhou a desposada e a fazenda, incumbido de promover a liquidação, e pôr o resultante em mãos do tesoureiro régio”, referiu Lúcio de Azevedo, (281) tinha a missão de verter em dinheiro as mercadorias transportadas para Londres. Veio a revelar-se uma situação difícil e complexa pois, por intrigas de corte já em Inglaterra, o monarca pedia insistentemente o dote. Também Lillias C. Davidson comentou esse incidente que teve lugar já com D. Catarina em Inglaterra: “[he] actually threw into prison the Jew factor, Diego Silvas, because he had not yet paid into the Exchequer the promised money obtained for the sugar and spice of the dowry. This was most unfair, as the time set for payment was not due.” (140)

Na realidade, ao contrário do que por vezes se tem escrito, Portugal não se eximiu de entregar os dois milhões de cruzados no momento do embarque da Infanta limitando-se a enviar mil cruzados, pois, na realidade, havia que entregar, nessa altura, apenas metade da totalidade. O problema pôs-se quanto à forma de pagamento. Segundo Clarendon e o relato de *Lord Sandwich*, a Rainha Regente invocou os últimos avanços dos espanhóis e as despesas feitas para defender o país, tentando justificar algumas alterações relativamente à forma de entrega do dote, como descreveu Clarendon: “The Queen Mother with infinite Apologies told the Ambassador, ‘that the Streights and Poverty of the Kingdom were so great upon the late Advance of the Spanish Army, that there could at this present be only paid one Half of the Queen’s Portion (...)’.” (317)

De acordo com a documentação do Conde da Ponte citada por Theresa Castello Branco, D. Francisco de Melo acompanhado de alguns colaboradores, em reunião com *Lord Sandwich*, apresentou “o rol das parcelas com que se pretendia perfazer o primeiro milhão do dote”, o que não foi do inteiro agrado do embaixador inglês, “quando verificou que parte do pagamento seria feito por meio de letras, quando fora estipulado que se fizesse unicamente em dinheiro, jóias, açúcares e outras mercadorias.” (412) *Lord Sandwich* viu-se numa situação diplomaticamente inesperada e de difícil resolução, pois o não cumprimento de alguns dos artigos do Tratado poderia implicar a sua anulação. De acordo com Clarendon, “[He]

was much perplexed, not did easily resolve what He was to do". (316) Por um lado, as suas instruções incumbiam-no de receber o dote tal como estava estipulado no tratado; por outro lado, tinha tomado posse de Tânger, deixando lá o novo governador e as tropas e dificilmente poderia devolver o território. Não havia tempo para pedir novas instruções e tornou-se necessário tomar uma decisão. Junto do Marquês de Marialva, do Conde da Ponte, do Secretário de Estado e da Rainha, insistiu que o assunto se resolvesse, mas todos afirmavam que Portugal não podia pagar o milhão de cruzados de outra forma e, evitando uma ruptura indesejável entre os dois países, acabou por aceitar o que lhe ofereciam. Assim o sublinhou Theresa Castello Branco: "Sabe-se que acabou por levar somente uns 70 mil cruzados em dinheiro. O resto ia em açúcares brancos e mascavados, jóias e muitas pratas de casa e capela. Estas, avaliadas em 40 mil cruzados, e destinadas, tais como as jóias, a serem vendidas caso o Rei não preferisse dá-las a sua mulher." (412) Também sobre este assunto Edgar Prestage comentou o seguinte: "(...) owing to the poverty of the treasury, the last instalment was not paid until many years later; the dowries of Queens were, however, by no means always paid in full." (1971, 149)

Apesar dos contratemplos e contrariedades relativas à entrega do dote, seguiu-se o embarque e a viagem de D. Catarina de Bragança para Inglaterra, assunto já desenvolvido e abordado em outros contextos, motivo pelo qual se apresenta uma brevíssima descrição de alguns dos pormenores mais significativos. Acompanhada pelo Rei e pelo infante D. Pedro, o embaixador de Inglaterra e o estribeiro-mor da Rainha, o Marquês de Sande e os primeiros oficiais da casa real, D. Catarina passou ao bergantim preparado para a levar ao navio *Royal Charles*, decorado com tecidos de damasco e telas em carmesim, ouro e prata e uma bandeira com as armas reais em ouro. Muitas outras gôndolas e barcas pintadas rodeavam e acompanhavam no rio o bergantim real: umas transportavam a comitiva, de quem a Rainha de Inglaterra já se despedira em terra, acompanhando-a agora de barco, pelo rio; outras carregavam fogos de artifício, instrumentos de festa, e nelas se viam danças e outras representações. Outras embarcações

mais pequenas levavam o povo que assim acompanhou e se despediu muito de perto da sua Infanta.

Para além de relatos que descrevem a viagem de Lisboa a Londres, incluindo os momentos fundamentais de Portsmouth e Hampton Court, de narrativas poéticas, de exemplos de poesia em língua portuguesa e língua inglesa, a memória do espectáculo magnífico no Tejo ficou registada por Dirk Stoop, pintor holandês, que deixou sete gravuras de grande interesse, pelo pormenor da reprodução histórica, informação e pela qualidade e valor estéticos de diferentes momentos ligados às festas de Lisboa, embarque, viagem e recepção em Inglaterra de D. Catarina. À semelhança de representações literárias, estas gravuras contribuem para enquadrar, através do olhar, o percurso anglo-português de D. Catarina de Bragança.

Em 23 de Abril de 1662, dia de S. Jorge, a rainha e a sua comitiva embarcaram no *Royal Charles*, o mesmo navio que transportara para Inglaterra o exilado Carlos II quando se dera a Restauração da monarquia inglesa. Foi arvorado o estandarte real ao som de "Vivas" e "Boa viagem" dos membros da tripulação que, em sinal de alegria, atiravam os chapéus enquanto se ouviu uma salva de toda a esquadra quando a Rainha entrou a bordo. Esta, acompanhada pelos irmãos e por algumas damas,⁴⁰ foi conduzida a uma câmara interior luxuosamente decorada para essa ocasião e, pouco depois, chegou a hora de o Rei e de o Infante se retirarem e regressarem a terra no bergantim real.

A armada não pôde partir nesse dia, pois o vento não o permitiu; dessa forma, os festejos continuaram, acompanhando, assim, ininterruptamente, D. Catarina e toda a comitiva que se encontrava a bordo. Em terra e no rio Tejo podiam ver-se iluminações e fogos de artifício, ouviam-se músicas e canções, em honra da Infanta que partia. Estando ainda o vento contrário na segunda feira, dia 24 de Abril, D. Afonso VI e o Infante D. Pedro foram a bordo "a saber como Sua Magestade hauia passado a noite, & com ella foi até junto a Belém, aonde a Armada deu fundo." (*Relaçam Diaria da jornada* II, 19-20) Nessa noite

40. Veja-se a este respeito D. António Caetano de Sousa, *op. cit.*, 160.

ainda, o Rei tornou a visitar sua irmã trazendo “os seus Musicos da camera a dar as vltimas despedidas do mar a Sua Magestade, que se leuanteu a ouuir os tonos que lhe cantarão.” (II, 21-23) No dia que se seguiu, estando o vento finalmente de feição, a armada partiu em direcção à barra, sendo saudada por todas as fortalezas e navios com salvas de artilharia desde Belém até Cascais.

Do percurso de D. Catarina de Bragança de Lisboa a Inglaterra, com a primeira paragem em Portsmouth onde teve lugar o casamento religioso, existem documentos da época como o relatório do Marquês de Sande, o relato de *Lord Sandwich* e alguns folhetos, um em prosa já referido, publicado em Lisboa,⁴¹ outros em verso, publicados em Londres, escritos pelo padre Sebastião da Fonseca,⁴² e, ainda, alguns poemas em língua inglesa como *Iter Lusitanicum* que, embora publicado anonimamente, se atribui a Samuel Hynde, e *Britannia iterum beata: or, A poem-narrative of Her gracious Majesties departure from Lisbon with her thrice-welcome arrival at Portsmouth*, de W.W.⁴³

Foi, na realidade, uma viagem tormentosa, com o mar agitado, ventos fortes e tempestades que arrancaram algumas das velas das naus e espalharam medos e enjoos por alguns dos passageiros. Sobre a disposição e atitude de D. Catarina, o autor da *Relaçam Diaria* deixou escrito: “Foi notauel a constancia, & valor com que Sua Magestade se houue na tempestade, não sentindo mais que os primeiros dias aquelles ordinarios mouimentos do mar, que sentem ainda os mais

41. Trata-se da *Relaçam Diaria, da jornada (...)*, Lisboa, 1662, que inclui a *Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout, & do que nella se te passado até Domingo 26 de Junho de 1662*, a *Relaçam da Sahida de Portsmout até o Palacio da Quinta de Hanptamcure* e, também, *Relaçam da Entrada de Suas Magestades em Londres, sahindo do Palacio de Hanptamcourt, em tres de Setembro de 1662*.

42. Trata-se de *Relaçam Dedicada A Serenissima Senhora Rainha da gram Bretanha da Jornada que fes de Lixboa the Por-ismouth*. Pello P. Sebastião da Fonseca Mestre, Capellaõ, E Presidente Em O Hospital Real de todos os Sanctos na Cidade de Lixboa, Londres, 1662; *Relaçam Dedicada As Magestades de Carlos e Catherina Reys da grande Bretanha Da jornada que fiserão de Portsmouth the Antoncourt e entrada de Londres*. Pello P. Sebastião da Fonseca Mestre, Capellaõ, E Presidente Em O Hospital Real de todos os Sanctos na Cidade de Lixboa, Londres, 1662; e, ainda, *Relaçam Das festas de Palacio, e grandesas de Londres, Dedicada A magestade da serenissima Rainha da Gran Bretanha*. Pello P. Sebastião da Fonseca Mestre, Capellaõ, E Presidente Em O Hospital Real de todos os Sanctos na Cidade de Lixboa, Londres, 1663.

43. Trata-se de *Iter Lusitanicum; or the Portugal Voyage. With what memorable Passages interven'd at the Shipping, and in the Transportation of her most Sacred Majesty Katherine, Queen of Great Britain, from Lisbon, to England. exactly observed By him that was Eyewitnesse of the same, Who though he publish this, conceals his name*, London, 1662.

experimentados nelle, & de que nem o proprio General se liurou.” (*Relaçam Diaria, da jornada (...)*, ll, 83-86) O mesmo autor afirmou que *Lord Sandwich* a visitava quase todas as noites velando pelo seu bem-estar e entretenimento: “por não faltar em cousa alguma à assistencia, & divertimento de S. Magestade, vinha as mais das noites á porta da sua camera com a sua musica de instrumentos, tocando pessoalmente muitos delles com toda a destreza, (...) para que sentisse menos o discomodo com que se passauão as noites.” (ll, 86-91) Durante a viagem, D. Catarina, com o parecer de *Lord Sandwich*, fez seguir adiante, na fragata *Princess*, Edward Montague, seu estribeiro-mor, com cartas para o Rei de Inglaterra e *Lord Clarendon*. Noutro momento, cruzaram-se com quatro naus inglesas que levavam cavalaria em auxílio de Portugal; por elas, D. Catarina enviou uma carta a sua mãe, a Rainha Regente.

Perto de Portsmouth avistaram uma pequena embarcação com o secretário do Duque de York, irmão do rei, que avisou a Rainha da visita do cunhado. Este chegou pouco depois num outro barco, acompanhado pelo Duque de Ormond, Vice-Rei da Irlanda e mordomo-mor do Rei de Inglaterra, o Conde de Chesterfield, seu genro, camareiro-mor da Rainha, o Conde de Suffolk, cuja mulher viria a ser sua camareira-mor, o Conde de Carlingford, irlandês e mestre de cerimónias de sua Majestade a Rainha, e muitos outros nobres. (ll, 243 55) Neste primeiro encontro com a nobreza inglesa e, em particular, com um membro da família real, D. Catarina, atenciosamente, vestiu-se à moda inglesa, como demonstração espontânea de cordialidade e interesse, e mostrou-se muito amável com o Duque:

S. Mag. o esperaua na sua Camera sentada, & vestida à Ingleza de tela cor de cana, guarnecida de rendas de prata, & quando entrou S.A. o sahio a receber tres passos fóra do docel; quiz o Duque beijarlhe a mão, & ella o leuantou nos braços, & tornando ao seu lugar, estiuerão em pè falando hum pouco, sendo interprete o Bispo Ruxel. Despois, instando S. Mag. cõ o Duque para que setasse em hua cadeira de espaldas, que para elle estaua, o não quiz fazer, & finalmente se sentou em hua cadeira raza, à sua mão esquerda fóra do docel, (...). (ll. 256-63)

Vieram então a beijar a mão à Rainha todos os ingleses que acompanhavam o Duque de York, e também a este D. Catarina apresentou os fidalgos que estavam com ela, continuando depois a conversar, em castelhano o Duque de York, e em português a Rainha, sempre com grande familiaridade. Enquanto as duas armadas se dirigiam para Portsmouth, trocaram-se visitas entre o Duque de York, que visitou D. Catarina “na sua Camera em visita particular, sem nenhuma cerimonia”, e entre os fidalgos ingleses, por um dos quais enviou uma carta ao Rei, e os portugueses que “com notavel agrado, & cortesia” foram recebidos pelo irmão do Rei no seu navio. Num destes encontros, o Duque de York pediu a D. Catarina que se vestisse à moda de Portugal e admirou depois o seu traje “que lhe pareceo mui bem”. Nesse mesmo dia, já muito perto do porto, diz o autor da *Relaçam Diaria*, D. Catarina de Bragança cumprimentou todos os oficiais da nau, que lhe beijaram a mão e deu ao capitão um colar de ouro no valor de dois mil cruzados, ao mestre e ao piloto mandou dar mil cruzados e pelo resto da tripulação repartiram outros tantos.

Em 24 de Maio, as duas Armadas entraram em Portsmouth e foram saudadas por salvas de artilharia e por barcos de ingleses que se lhes juntaram. Passando por uma ponte ao navio do Duque de York atracado à capitania, e daí para terra, ao som de uma salva de toda a armada, D. Catarina pisou pela primeira vez o solo inglês, onde foi aclamada pela população e onde era esperada por muitas personalidades: *Lord* Aubigny, o capelão e esmoler-mor que no dia a seguir celebrou Missa, o Conde de Manchester, camareiro-mor do Rei, e o magistrado da vila, que se lhe dirigiu, deu os parabéns e ofereceu os seus serviços. Foi conduzida num coche ao Palácio do porto – “pellas ruas principaes para se deixar ver do Pouo, que con notavel aluoroço a seguia” (II, 313-14) – onde estavam os aposentos preparados e onde a esperavam algumas damas inglesas que ficariam ao seu serviço. Retido em Londres por assuntos a tratar com o Parlamento, Carlos II demorou-se ainda alguns dias, durante os quais este “pequeno mundo português lançado em terras inglesas”, na expressão de

Theresa Castello Branco (424),⁴⁴ teve que aguardar e começar a adaptar-se a uma sociedade diferente e desconhecida.

No dia 30 o Rei chegou a Portsmouth aclamado pela multidão e por salvas de artilharia e dirigiu-se ao paço, onde era aguardado. Destes e de muitos outros pormenores se ocupa muito detalhadamente a *Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout*. Neste relato, descreve-se o primeiro encontro de Carlos II com D. Catarina de Bragança, que padecendo de “hua dor de garganta com febre auia tres dias que estaua de cama” (II, 43-44) se viu obrigada a receber o Rei, dessa forma, doente e no seu leito. Carlos II entrou acompanhado apenas pelo Duque de York e alguns dos principais fidalgos ingleses e portugueses e, então, o Marquês de Sande entregou-lhe oficialmente a Rainha. (Branco 425) O autor da *Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout*, ao descrever o primeiro encontro dos esposos, realça pormenores de delicadeza e de vontade de agradar de D. Catarina de Bragança:

Sentouse elRey junto da cama da Rainha em hua cadeira de veludo azul irmão da mesma cama em que ella estaua; assi estiuerão largo espaço fallando em Castelhana, sendo esta a primeira vez que a Rainha mudou de Idioma, porque, segundo tinha dito a Sua Alteza, queria fosse esta a primeira fineza que fizesse por seu marido. ElRey estaua mui alegre na visita, mostrandose mui pago da fermosura da Rainha, chegandosse o Embaixador a perguntarlhe se lhe parecia a Sua Magestade que elle o auia enganado? lhe respondeo: que si, que elle, & os Pintores o auião enganado, porque nem as informações, nem os Retratos erão tão fermosos como a Rainha. (II, 47-55)

Só então entraram muitos outros fidalgos a beijar a mão a D. Catarina e, durante o resto do dia e durante a noite, os festejos continuaram. Depois de uma ceia pública acompanhada por músicos e danças, o Rei tornou a visitar a Rainha e retirou-se então para os seus aposentos.

44. Esta autora refere também os problemas e dificuldades do embaixador português para guiar a Rainha de Inglaterra nos seus primeiros passos. (422-425)

4. Cerimónia(s) Religiosa(s) do Casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II

Our most gracious sovereign lord, Charles II., by the grace of God king of Great Britain, &c., and the most illustrious princess donna Catharina, infanta of Portugal, daughter to the deceased don Juan king of Portugal, and sister to the present don Alphonso king of Portugal, were married at Portsmouth, upon Thursday the 21st of May, 1662, being the 14th year of his majesty's Reign, by the right reverend father in God, Gilbert lord bishop of London, dean of his majesty's chapel-royal, in the presence of several of the nobility of his majesty's dominions and Portugal. (Strickland 380)

Este é o texto escrito em pergaminho, com letras douradas e caracteres ingleses do século XVII que consta do certificado original e registo da cerimónia religiosa do casamento de 1662 entre Carlos II e D. Catarina de Bragança. Encontra-se na actual catedral de Portsmouth, na altura a igreja de St. Thomas. Também aí se preservam algumas peças de prata de Tânger trazidas pela guarnição militar que tomou posse de Tânger. Existem deste documento posteriores traduções para português, nomeadamente a do Visconde de Santarém no "Registo do auto de assentamento do casamento de Carlos II com D. Catharina de Portugal." (Tomo XVII, 262-63) Este autor refere também a existência de um reposteiro com as armas dos reis de Portugal nessa igreja de Portsmouth, onde se vê bordada, talvez em memória do acontecimento, uma vista da cidade de Lisboa.

O casamento religioso do par real teve lugar em Portsmouth no primeiro dia em que se reuniram as condições para esse efeito. A rainha só viajaria até Hampton Court e posteriormente seria recebida grandiosa e festivamente em Londres após a cerimónia ter tido lugar. No dia 31 de Maio de 1662, encontrando-se D. Catarina em melhores condições de saúde, celebrou-se a cerimónia religiosa do casamento. Mais concretamente, tiveram lugar duas cerimónias religiosas de casamento. Este acontecimento suscitou alguma controvérsia em anos posteriores, e sobre essa problemática o autor da *Relaçam da chegada* afirmou o seguinte:

(...) se tinha litigado tanto entre os Catholicos, & Protestantes todos os dias precedentes à vinda del Rey; cada hum, querendo que fosse conforme os seus Rittos, & supposto que elles nesta parte sejam os mesmos, toda a duuida estava no Ministro que hauia de officiar este acto. Ajustado finalmente o negocio (que não pareceo de pequena consideração) depois de varias juntas se assentou, que elles estauão já casados por procuração (...).
(*Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout* II,71-77)

Para D. Catarina, no entanto, não só não era aceitável um casamento apenas por procuração, nem um casamento religioso pelo rito anglicano exclusivamente, como também não viajaria por Hampton Court e subsequente entrada em Londres sem o casamento religioso. Com o pleno acordo do Rei, celebrou-se nesse dia de manhã, nos aposentos da Rainha por questões de privacidade e com o máximo segredo, uma cerimónia privada, oficiada pelo Rev. Padre D'Aubigny, irmão do Duque de Richmond, na qual o rei Carlos II e D. Catarina foram unidos pelo rito da Igreja Católica, tendo assistido o Duque de York, Philip, Cardeal Howard mais tarde, D. Francisco de Melo e não mais que cinco ou seis pessoas portuguesas. Todos ficaram obrigados ao mais estrito sigilo sobre o que tinham testemunhado, tendo em conta os preconceitos excessivos e antagonismos então existentes contra os católicos em Inglaterra.

Da parte da tarde, pelas três horas realizou-se a cerimónia religiosa de carácter público, ou seja, a confirmação do casamento pelo rito da Igreja de Inglaterra, presidindo à cerimónia o bispo de Londres, Gilbert Sheldon. D. Catarina foi conduzida pelo Rei a uma sala principal até um trono com duas cadeiras que fora preparado para os soberanos, acompanhados de perto pelo Marquês de Sande e por *Sir Richard Fanshawe*, destacados do resto da nobreza e das comitivas, que ali se aglomeravam para assistir. O Secretário de Estado Nicholas leu o "primeiro recebimento que se tinha feito em Londres", (I, 81) cuja cópia tinha sido enviada a Lisboa pelo embaixador português e, a seguir, o Secretário da Embaixada, Francisco de Sá e Menezes, leu o contrato em português que o mesmo embaixador entregara ao Rei em Inglaterra. Cumpridas estas formalidades, o bispo de Londres virou-se

para o público que estava a assistir e procedeu da seguinte forma: "(...) notificou como el Rey, & a Rainha estauão casados, segundo o que continhão aquelles papeis, & elle o fazia a saber assi a todos, para que ninguem o duuidasse, & elles se lograssem muitos annos, ao que todos responderão, *Amen*, com grandes vozes. (II, 85-89)

Lamentavelmente, este momento aplaudido por todos veio a ter consequências bastante graves anos mais tarde, quando alguns membros do Parlamento extremistas e antagonistas do Rei tentaram anular o casamento pelo facto de a Rainha ser católica e não assegurar a sucessão. Alegaram que o casamento religioso não tinha sido válido e, quanto à cerimónia anglicana, punham em dúvida se a Rainha, desconhecendo praticamente a língua inglesa, teria efectivamente pronunciado as palavras de consentimento.

Algumas das testemunhas que presenciaram o acto afirmam, como *Lord Sandwich* por exemplo, que depois da proclamação do casamento o Rei tomou D. Catarina pela mão e esta pronunciou as palavras do casamento na forma que a igreja anglicana exigia. De acordo com Theresa Castello Branco, *Lord Sandwich* terá dito também "as I think", (426) o que sugere alguma dúvida sobre as respostas na realidade dadas. De facto, mais do que a celebração religiosa do matrimónio segundo o rito anglicano, o que é efectivamente relevante é que naquele momento se concretizou uma "curta cerimónia da declaração do casamento" (Branco 426-27) com a presença do Bispo e por ele pronunciada e abençoada.

Carlos II conduziu depois a Rainha aos seus aposentos onde todos lhe beijaram a mão em ambiente de grande alegria e, de acordo com os hábitos de então, damas e fidalgos tiraram do vestido de D. Catarina, para recordação, os laços de fita azul que estavam presos ao tecido.⁴⁵ Encontrando-se ainda em convalescença, a Rainha de Inglaterra retirou-se acompanhada pelas damas que a assistiam e, ao fim do dia, "ElRey lhe fez o galanteio de cear com ella

45. Cf. *Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout (...)*, Lisboa, 1662, II, 90-94 e *Lady Anne Fanshawe op. cit.*, *apud* nota 258.

sobre a cama, tocando-se entretanto os instrumentos, sem os quaes elle nunca come".⁴⁶

Também *Lady* Fanshawe, esposa de *Sir* Richard Fanshawe, descreveu o casamento e o costume inglês da época de distribuir fitas do vestido de noiva:

There was a rail across the upper part of the room, in which entered only the King and Queen, the Bishop of London, the Marquess Desande, the Portuguese Ambassador, and my husband: in the other part of the room there were many of the nobility and servants to their Majesties. The Bishop of London declared them married in the name of the Father, and of the Son, and of the Holy Ghost; and then they caused the ribbons her Majesty wore to be cut in little pieces, and, as far as they would go, every one had some. (144)

Nesse dia, chegou St. Albans, o estribeiro-mor da Rainha Mãe de Inglaterra, Henrietta Maria, trazendo uma carta desta com os parabéns e a promessa de uma visita. Charles II enviou alguns dos seus fidalgos a Hampton Court a fim de assegurar os preparativos necessários para a chegada e estada dos soberanos, ficando outros dos seus homens encarregados de hospedar e receber a comitiva portuguesa. Durante os dias que se seguiram, em Portsmouth, o Rei aproveitou as manhãs para caçar ou, como também referem os relatos da época, para ver lançar ao mar um navio baptizado com o nome de *Catherina*: "A menhã da sexta feira, depois del Rey visitar a Rainha sahio a ver lãçar ao mar hu nauio que estaua no estaleiro, & pella ocasião em que foi lançado, lhe chamãrão Catherina." (*Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout* II, 154-56) As tardes eram ocupadas com sessões musicais, "porque o cuidado da Rainha pedia que se não apartasse muito tempo della", de acordo com a descrição feita pelo autor da *Relaçam* já citada:

46. *Relaçam da Chegada Del Rey a Portsmout* (...), Lisboa, 1662, II, 104-106.

Recolhido Sua Magestade do campo, gastou a tarde, como as mais, em assistir à Rainha sua mulher, fazendo que lhe cantassem pella interter o Duque de Boyningan, & Mada Murzilla Ligard Franceza sua toucadeira, que cantão muito bem ambos juntos, & a Rainha por lhe pagar este fauor, mandou vir os seus Musicos, que lhe cantarão alguns tonos, de que el Rey mostrou agradarse, dizendo, que lhe contentaua muito mais a nossa musica que a de Castela, porque os Castelhanos gritauão, & nòs cantauamos como os Italianos. (147-54)

Gradualmente, se foi desenrolando a necessária adaptação e aculturação de D. Catarina a um mundo desconhecido – uma nova corte, nova língua, novos espaços, nova cultura. Não faltaram festas e banquetes já com a presença de D. Catarina completamente restabelecida, em que esta, com um grande à-vontade e para satisfação de todos, trajava à moda inglesa: “A Rainha estaua vestida à Ingleza, & todos mui contentes de a verem naquelle trage, que lhe está mui bem.” (II, 204-205) A cidade de Portsmouth ofereceu-lhe um saleiro de prata e cristal e, dias depois, o casal real e toda a comitiva partiram para Hampton Court, onde se demoraram algum tempo antes da entrada pública e solene em Londres.

Muitos outros aspectos se poderiam abordar, no entanto a apresentação destes apontamentos sobre as principais etapas do longo e atribulado processo de negociações do casamento do reino de Portugal com o reino de Inglaterra, chegando à confirmação religiosa dessa união, pretendia evocar precisamente este momento. Pode concluir-se que o Tratado de Paz e Aliança de 23 de Junho de 1661, assim como o casamento de Carlos II com D. Catarina de Bragança, oficiado religiosamente em 1662, significaram mais do que a simples renovação da velha aliança política entre Portugal e a Inglaterra. Apesar de uma certa contestação ou impopularidade de que foi alvo desde a sua concepção, o casamento traduziu-se também em compensações de grande alcance para ambos os países. À Inglaterra proporcionou, para além das já mencionadas vantagens económicas imediatas, a Ilha de Bombaim, que se revelou muitas décadas mais tarde a “jóia” da coroa britânica no Oriente,

e a Portugal assegurou definitivamente, com o auxílio das tropas inglesas, a soberania e a independência. Em 1668, pelo Tratado de 3 de Fevereiro, com a intervenção do Conde de Sandwich, a Espanha reconheceu finalmente a independência do país vizinho. É, assim, esclarecedora e conclusiva a afirmação de Charles Boxer, a propósito do casamento de Carlos II com D. Catarina de Bragança: “With all its ups and downs, [it] symbolises both the vicissitudes and the enduring nature of the Anglo-Portuguese connection.” ([s.d.] 30)

Os Tratados de 1661 permitiram o fortalecimento e a solidificação das relações anglo-portuguesas que, não tendo sido interrompidas durante o regime de Cromwell, estiveram ocasionalmente fragilizadas pelo apoio dado por Portugal à causa do Rei de Inglaterra.

É essencial salientar o papel da própria Infanta D. Catarina de Bragança como “construtora da independência”, expressão utilizada por Eduardo Brazão. (*Op.cit.*, 129) Por um lado, a Infanta foi um peão no jogo internacional do século XVII e um instrumento na concretização de alianças entre casas reais; por outro, foi também uma figura individualizada, a mulher que, abdicando conscientemente da vontade própria em grande parte da sua vida, serviu com todas as vantagens e desvantagens a causa de Portugal.

D. Catarina de Bragança merece incontornavelmente um lugar próprio e de destaque no âmbito das relações anglo-portuguesas, e o seu contributo para a renovação das mesmas é indubitável. São também dignos de menção os textos literários que sobre ela se escreveram em língua inglesa, desde o século XVII até aos nossos dias, e que revelam o interesse do olhar inglês pela pessoa desta Rainha de Inglaterra e, por ela, um interesse por Portugal.

Obras Citadas

Anónimo. “D. Catharina, Infanta de Portugal, Rainha de Inglaterra”. *Universo Pittoresco*. vol. III, 1844.

Anónimo. *Relaçam diaria da jornada, que a Serenissima Rainha da Gram-Bretanha D.Catherina fez de Lisboa a Londres, indo já desposada com Carlos II Rey daquelle*

- Reyno. E das festas, que nelle se fizerão até entrar em seu Palacio.* Lisboa: na officina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor del Rey Anno de 1662.
- Anónimo. *Relacion de las fiestas que se hizieron en Lisboa, con la nueva del casamiento de la Serenissima Infanta de Portugal Doña Catalina (ya Reyna de la Gran Bretaña), con el Serenissimo Rey de la Gran Bretaña, Carlos segundo deste nombre. Y todo lo que sucedió hasta embarcarse para Inglaterra.* Lisboa, Com todas as licenças necessarias: Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey, 1662.
- Ablancourt, Nicolas Frémont d'. *Memoires de Monsieur D'Ablancourt, Envoyé de sa Majesté Très-Chrétienne Louïs XIV en Portugal: contenant l'Histoire de Portugal depuis le Traité des Pyrenées de 1659 jusqu'à 1668, avec les revolutions arrivées pendant ce tems-là à la cour de Lisbonne, & un détail des batailles (...) sous les ordres & le commandement du duc de Schomberg.* Amsterdam: J-Louis de Lorme, 1701.
- Almada, José de. *A Aliança Inglesa. Subsídios para o seu estudo.* 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1946.
- Azevedo, Lúcio de. *História dos Cristãos Novos Portugueses.* 2ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975.
- Beirão, Caetano de Abreu. "As Negociações para o Casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra, 1644-1661". *Anais.* vol. VII. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1942.
- Bold, Henry. *Anniversary to the Kings Most Excellent Majesty, Charles the II. on his birth-&restoration-day, May 29, having resolv'd to marry with the Infanta of Portugall, May the 8th, 1661.* London: Printed for Henry Brome, 1661.
- Boxer, Charles R. "Second Thoughts on the Anglo-Portuguese Alliance, 1661-1808". *History Today.* vol.36. London, June 1986.
- . "Vicissitudes of Anglo-Portuguese Relations in the 17th Century." *600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa. 600 Years of Anglo-Portuguese Alliance.* Ed. Governo britânico, em associação com a British Broadcasting Corporation e com a Canning House, [s.d.]
- Branco, Theresa M. Schedel de Castello. *Vida de Francisco de Mello Torres 1º Conde da Ponte – Marquês de Sande Soldado e Diplomata da Restauração 1620-1667.* Lisboa: Livraria Ferin, Lda., 1971.
- Bray, William (ed.). *The Diary of John Evelyn.* 2 vols. London: J. M. Dent & Sons Ltd., 1936.
- Brazão, Eduardo. *Uma Velha Aliança.* Lisboa, 1955.

- Bryant, Arthur. *King Charles II*. Rev. Ed. London: Collins, 1960.
- Bryant, Arthur (ed.) *The Letters, Speeches and Declarations of King Charles II*. London: Cassell & Company Ltd., 1968.
- Castro, Visconde Borges de e Julio Firmino Judice Biker. *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais potências desde 1640 até ao Presente*. 30 vols. Lisboa, 1856-1879.
- Casimiro, Augusto. *Dona Catarina de Bragança Rainha de Inglaterra Filha de Portugal*. Fundação da Casa de Bragança: Portugália Editora, 1956.
- Castel-Branco, M. Conceição Emiliano. *A Melhor Jóia da Coroa: Representações de D. Catarina de Bragança na Literatura Inglesa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: FCSH, UNL, 2005.
- . "D. Catarina de Bragança, filha de Portugal: singularidade da normalidade". *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*. n° 17. Lisboa: Edições Colibri/ UNL, 2007. 153-64.
- . "O Percurso Anglo-Português da Rainha D. Catarina De Bragança". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. n° 15. Lisboa: FCT, CEAP, FCSH, 2006. 155-203.
- Clarendon, Edward Earl of. *The Life of Edward Earl of Clarendon written by himself*. 3rd ed. Oxford, 1761.
- Costa, Mário. *Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra*. Separata de *Olisipo*. Ano XIX n°73, Janeiro 1956.
- Davidson, Lillias Campbell. *Catherine of Braganza Infanta of Portugal & Queen-consort of England*. London, 1908.
- Ericeira, D. Luis de Menezes, Conde da. *Historia de Portugal Restaurado*, tomo II. Lisboa, 1698.
- Fanshawe, Lady. *Memoirs of Lady Fanshawe, wife of the Right Hon. Sir Richard Fanshawe, Bart. Ambassador from Charles the Second to the Court of Madrid in 1665. Written by Herself. To which are added, extracts from the correspondence of Sir Richard Fanshawe*. London: Henry Colburn, 1829.
- Flor, Susana Varela. "'Que las riquezas del mundo parecían estar allí cifradas': Catherine of Braganza's wedding festivities in the context of the Portuguese Restoration (1661-1662)". *Archivo Español de Arte*. 88, 350. Abril-Junio 2015. 141-156. HYPERLINK "<http://xn--archivospaoldearte-53b.revistas.csic.es/index.php/aea/article/view/893/928>"<http://archivospaoldearte.revistas.csic.es/index.php/aea/article/view/893/928>.

- Goetz, H. *The Baroda Portraits of Queen Catherine of Braganza*, [Baroda State Museum Bulletin, vol. I pt.1] [s.l.] [s.d.]
- Green, Mary Anne Everett (ed.) *Calendar of State Papers, Domestic Series, of the Reign of Charles II, 1661-1662, Preserved in the State Paper Department of Her Majesty's Public Record Office*. London: Longman, Green, Longman & Roberts, 1861.
- Hill, C. P. *Who's Who in Stuart Britain*. Rev. and enlarged edition. London: Shepherd-Walwyn, 1988.
- Howell, James. *A Brief Account of the Royal Matches or Matrimonial Alliances, which the Kings of England have made from time to time since the year 800 to this present 1662. Collected by a Careful collation of History with Records*. London: for Hen. Brome, 1662.
- Izandro, Aonio, e Luzindo. *Festas Reays na Corte de Lisboa, Ao feliz Cazamento dos Reys da Graõ Bretanha Carlos, & Catherina. Em os, Touros que se correram no Terreiro do Passo em Outubro de 1661. Dedicadas a Europa Princeza de Phenicia*. Lisboa: Domingos Carneiro, 1661.
- Kenyon, J. P. *The Stuarts. A Study in English Kingship*. Glasgow: Fontana/Collins, 1970.
- Liversidge, Douglas. *The Restoration*. The Documentary History Series. Wayland Publishers Limited, 1977.
- Macaulay, Rose. *They Went to Portugal Too*. Carcanet in association with the Calouste Gulbenkian Foundation, 1990.
- Macaulay, Thomas Babington. *The History of England from the Accession of James the Second*. vol. I. Leipzig: Bernh. Tauchnitz, Jun. 1849.
- Mackay, Janet. *Catherine of Braganza*. London: John Long Ltd., 1937.
- Madway, Lorraine. "Rites of Deliverance and Disenchantment: The Marriage Celebrations for Charles II and Catherine of Braganza, 1661-62". *The Seventeenth Century*. Vol. 27 Issue 1. Taylor & Francis Online. 2012 - 79-103. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0268117X.2012.10555682>
- Melo, D. Francisco de. *Relaçam da forma com que a Magestade del Rey da Graõ Bretanha, manifestou a seus Reynos, tinha ajustado seu casamento com a Serenissima Infanta de Portugal, a Senhora Dona Catherina. Como se colige das cartas originaes de Francisco de Mello Conde da Ponte do Conselho de Guerra del Rey Nosso Senhor, & Seu Embaixador extraordinario a S.Majestade Britanica que estão na Secretaria de Estado*. Lisboa: na Officina de Antonio Craesbeeck, 1661.

- Oliveira, Eduardo Freire de. *Elementos para a História do Município de Lisboa*. 1ª parte, tomo VI. Publicação mandada fazer a expensas da Câmara Municipal de Lisboa, para comemorar o Centenário do Marquês de Pombal em 8 de Maio de 1882. Lisboa, 1891.
- Peres, Damião (dir.). *História de Portugal*. vol.VI. Barcelos: Portucalense Editora Lda., 1934.
- Prestage, Edgar. *A Aliança Anglo-Portuguesa*. Coimbra, 1936.
- . *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.
- . *Frei Domingos do Rosário, Diplomata e Político (1595-1662)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- Prestage, Edgar (ed.) *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, Publishers, 1971. (1ª ed. 1935).
- Rau, Vírginia. D. *Catarina de Bragança Rainha de Inglaterra*. Separata de *O Instituto*, vol. 98. Coimbra, 1941.
- Santarém, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo, desde o Princípio da Monarchia Portuguesa até aos Nossos Dias*. Tomos I-XVIII. Paris: J. P. Aillaud, 1842.
- Sarmiento, Alberto Artur. "D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra". *Ripas de Madeira*. Funchal, 1940. [s.p.]
- Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques. *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*. Vol. VII. Editorial Estampa, 1991.
- Soares, Ernesto. D. *Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra (Elementos Iconográficos)*. Lisboa, 1947.
- Sousa, D. António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo IV, II parte. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1950.
- Sousa, Manuel Andrade e. *Dona Catarina, Infanta de Portugal; Rainha de Inglaterra*. Lisboa: Edições Inapa, 1994.
- Sousa, Carlos Hermenegildo. *A Aliança Anglo-Portuguesa*. Porto: Edições Marânus, [s.d.]
- Strickland, Agnes. "Catherine of Braganza". *Lives of the Queens of England from the Norman Conquest; with Anecdotes of their Courts*. Vol. VIII. London: Henry Colburn Publisher, 1845. 267-478.
- Troni, Joana de Almeida. *Catarina de Bragança (1638-1705)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

Tullio, A. da Silva. "D. Catharina de Bragança". *Archivo Pittoresco*. XI, 60, 1868.
Vidal, Frederico Gavazzo Perry. "O Casamento de D.Catarina de Bragança com Carlos II, Rei de Inglaterra. Notas e Algumas Gravuras que ao Facto se referem." *Revista dos Centenários*, 2 (22). Lisboa, 31 Outubro 1940.